

**Fundação Pedro Leopoldo**  
**Mestrado Profissional em Administração**

**A percepção dos acadêmicos sobre a prova do ENADE e os impactos na  
gestão de uma Instituição de Educação Superior Privada**

**Poliana Oliveira Nunes**

**Pedro Leopoldo**  
**2022**

**Poliana Oliveira Nunes**

**A percepção dos acadêmicos sobre a prova do ENADE e os impactos na  
gestão de uma Instituição de Educação Superior Privada**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão e Estratégia em Organizações

Linha de pesquisa: Gestão em Organizações, Pessoas e Inovação

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães

**Pedro Leopoldo – MG**  
**Fundação Pedro Leopoldo**  
**2022**

658.4012 NUNES, Poliana Oliveira  
N972p A percepção dos acadêmicos sobre a prova  
do ENADE e os impactos na gestão de uma instituição  
de ensino superior privada / Poliana Oliveira Nunes.  
- Pedro Leopoldo: FPL, 2022.

99 p.

Dissertação Mestrado Profissional em Administração.  
Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – FPL, Pedro  
Leopoldo, 2022.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eloísa Helena Rodrigues  
Guimarães.

1. Avaliação Institucional.
2. ENADE.
3. Gestão Acadêmica.

I. GUIMARÃES, Eloísa Helena Rodrigues, orient.  
II. Título.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luiza Diniz Ferreira – CRB6-1590**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação: "A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS SOBRE A PROVA DO ENADE E OS IMPACTOS NA GESTÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR".

Nome da Aluna: Poliana Oliveira Nunes

Dissertação de mestrado, modalidade Profissionalizante, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

ELOISA HELENA  
RODRIGUES  
GUIMARAES:88520641687

Assinado de forma digital por  
ELOISA HELENA RODRIGUES  
GUIMARAES:88520641687  
Dados: 2022.10.03 14:57:26 -03'00'

---

Profa. Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães - Orientadora - FPL Educacional

*Ester Eliane Jeunon*

---

Profa. Dra. Ester Eliane Jeunon - FPL Educacional

*Raimunda Maria da Cunha Ribeiro*

---

Profa. Dra. Raimunda Maria da Cunha Ribeiro - UESPI

Pedro Leopoldo (MG), 23 de agosto de 2022.

Que o meu maior sentimento seja o da Gratidão e que os meus esforços sejam a forma de reconhecer que todos os que estiveram ao meu lado contribuíram para as minhas conquistas. Que minhas vitórias sejam compartilhadas e que possam, dentro de todas as minhas possibilidades, me ajudar a transformar o que estiver ao meu alcance.

## Resumo

**Objetivo:** O objetivo da pesquisa é analisar o nível de conhecimento dos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense com a realização da prova do ENADE e os impactos dos resultados para a instituição. **Relevância/originalidade:** O processo de avaliação no país tem sido transformador e, também, desafiador. Compreender que esse processo deve ser constante e coletivo pode ser a garantia dos resultados esperados pela Instituição. Tal discussão pode buscar, ademais, a garantia de uma oferta de ensino superior de qualidade através do olhar atento às dimensões que compõem a educação superior. **Metodologia/abordagem:** Com o uso de metodologia qualitativa, procedeu-se à investigação descritiva a partir da utilização de questionário semiestruturado, análise documental e pesquisa com gestores da IES. O questionário foi aplicado aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito e era composto de 13 questões. Também foi realizada uma análise documental baseada nos relatórios do ENADE, das edições de 2015 e 2018, publicados pelo INEP. A entrevista, realizada com o coordenador do Curso e com o Diretor acadêmico, foi composta por 5 itens. **Principais resultados:** Com base nas 72 respostas válidas coletadas através do questionário dos acadêmicos, com base nas respostas dos gestores e na análise dos relatórios do INEP, foi possível identificar que os acadêmicos sabem, em sua maioria, como é realizado o Exame Nacional de Desempenho Acadêmico e suas consequências e impactos para uma instituição de ensino. Identificou-se também que há um olhar atento da Instituição para desenvolver ações que possam melhorar o baixo desempenho dos alunos, registrado nas edições anteriores. **Contribuições teóricas/metodológicas:** A realização da pesquisa aplicada à IES permitiu ampliar o conhecimento sobre o processo de avaliação institucional e uma visão geral sobre os desafios enfrentados pela gestão da FCP (Faculdade do Cerrado Piauiense) nas ações que visem melhorar o desempenho dos acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito na prova do ENADE. **Contribuições sociais/gerenciais:** Este estudo foi primordial para ampliar-se a visão sobre a educação superior no Brasil, especificamente sobre a avaliação das instituições. Acredita-se no potencial da faculdade para inovar e melhorar a oferta do ensino com qualidade e entende-se que é fundamental que se ampliem boas práticas de gestão para atingir esse fim. **Aderência à linha de pesquisa:** Esta pesquisa atende aos objetivos de um mestrado profissional. Está inserida na linha de pesquisa Gestão em Organizações, Pessoas e Inovação, no Núcleo de Estudos em Gestão do Conhecimento, Aprendizagem e Inovação – NEGESCOPI do Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo. Esse estudo é complementar a outros já desenvolvidos, ou em andamento, sob a orientação da Professora Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães, coordenadora do projeto de pesquisa Gestão da Inovação no Setor Educacional.

**Palavras-chaves:** Avaliação Institucional; ENADE; Gestão Acadêmica.

## Abstract

**Aim:** The purpose of the research is to analyze the knowledge level of the undergraduate students of the Law Course from the College of *Cerrado Piauiense* with the realization of the ENADE test (National Exam for the Assessment of Student Performance) and the impacts of the results for the institution. **Relevance/originality:** The evaluation process in the country has been transformative and challenging. Understanding that this process must be constant and collective can guarantee the results expected by the Institution. Such discussion can also aim to guarantee an offer of quality in higher education through an attentive look at the dimensions that make up higher education. **Methodology/approach:** Using a qualitative methodology, a descriptive investigation was carried out applying a semi-structured questionnaire, document analysis and research with HEI managers. The survey was applied to students of the Bachelor of Laws course and consisted of 13 questions. A document analysis was also carried out based on ENADE reports, from the 2015 and 2018 editions, published by INEP (National Institute of Educational Studies and Research). The interview, carried out with the Course coordinator and the Academic Director, consisted of 5 items. **Main results:** Based on the 72 valid answers collected through the undergraduate students' questionnaire, based on the managers' responses and the analysis of INEP reports, it was possible to identify that most students know how the National Academic Performance Exam is carried out and its consequences and impacts for an educational institution. It was also identified that there is a watchful eye of the Institution to develop actions that can improve the low performance of students, registered in previous editions. **Theoretical/methodological contributions:** Conducting research applied to the HEI allowed expanding knowledge about the institutional evaluation process and an overview of the challenges faced by the management of the FCP (Faculdade do Cerrado Piauiense) in actions aimed at improving the performance of the undergraduate students from the bachelor's degree in Law in the ENADE (National Exam for the Assessment of Student Performance) exam. **Social/managerial contributions:** This study was essential to broaden the view on higher education in Brazil, specifically on the evaluation of institutions. It is believed in the college potential to innovate and improve the offer of quality education and it is understood that it is essential to expand good management practices to achieve this goal. **Adherence to the line of research:** This research meets the goals of a professional master's degree. It is part of the research line Management in Organizations, People, and Innovation, at the Center for Studies in Knowledge Management, Learning and Innovation of the Professional Master's in Business Administration at *Fundação Pedro Leopoldo*. This study is complementary to others already developed, or in progress, under the guidance of Professor Eloísa Helena Rodrigues Guimarães, coordinator of the research project Management of Innovation in the Educational Sector.

**Keywords:** Institutional Evaluation; ENADE; Academic Management.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1 - Média dos estudantes no componente de formação Geral – Edição ENADE 2015.....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 2 - Média dos estudantes no componente de formação Geral – Edição ENADE 2018.....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 3 - Média dos estudantes no componente específico – Edição ENADE 2015 .....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 4 - Média dos estudantes no componente específico – Edição ENADE 2018 .....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 5 - Média geral da prova.....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 6 - Componente de Formação Geral.....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 7 - Componente de Conteúdo específico .....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 8 - Período em que os participantes da pesquisa estão matriculados...</b>	<b>72</b>

## Lista de tabelas

<b>Tabela 1 - Primeiras Faculdades Brasileiras.....</b>	<b>22</b>
<b>Tabela 2 - Conceitos e notas ENADE FCP 2015 e 2018 .....</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 3 - Resultado ENADE 2015 .....</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 4 - Resultado ENADE 2018 .....</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 5 - Síntese do desempenho acadêmico .....</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 6 - Conceitos por Eixo - FCP .....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 7 - Quantidade de alunos matriculados no período letivo 2022.2 e que responderam à pesquisa. ....</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 8 - Definição e Estrutura da prova do ENADE .....</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 9 - Estratégias específicas para a realização do ENADE.....</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 10 - Mudanças no curso a partir do resultado do ENADE.....</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 11 - Divulgação dos resultados do ENADE e suas implicações .....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 12 - Ações sugeridas para melhorar o desempenho dos estudantes ....</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 13 - Ações da equipe pedagógica.....</b>	<b>81</b>

## Lista de Abreviaturas e Siglas

IES	Instituições de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
FCP	Faculdade do Cerrado Piauiense
CPA	Comissão Própria de Avaliação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IGC	Índice Geral dos Cursos
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CI	Conceito de Instituição
CC	Conceito de Curso
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
MEC	Ministério da Educação e Cultura
CONSED	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
FESPI	Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
ENC	Exame Nacional de Cursos
ACE	Avaliação das Condições de Ensino
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
IDD	Índice de Diferença de Desempenho
CEA	Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior
PNE	Plano Nacional de Educação

UF	Unidade Federativa
NDE	Núcleo Docente Estruturante
DA	Diretor Acadêmico

## Sumário

<b>1 Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1.1 Objetivo geral .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Justificativa.....</b>	<b>18</b>
<b>1.3 Estrutura da dissertação .....</b>	<b>19</b>
<b>2 Referencial Teórico .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Histórico do ensino superior no Brasil .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Ensino superior no município de Corrente – Piauí .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3 Ensino Superior e o processo de avaliação no Brasil .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3.1 A avaliação no contexto educacional.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.2 A avaliação como pressuposto da qualidade.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.3 Aspectos históricos e legais da Avaliação da Educação Superior no Brasil .....</b>	<b>36</b>
<b>2.3.4 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.....</b>	<b>40</b>
<b>2.3.4.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.....</b>	<b>45</b>
<b>2.4 O ENADE: visibilidade e influência na vida do aluno e da IES.....</b>	<b>48</b>
<b>3 Metodologia .....</b>	<b>51</b>
<b>3.1 Caracterização da pesquisa .....</b>	<b>51</b>
<b>3.2 Unidade de análise e observação .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados.....</b>	<b>53</b>
<b>4 Apresentação e discussão dos resultados.....</b>	<b>55</b>
<b>4.1 Índices alcançados pela Faculdade do Cerrado Piauiense nas últimas edições do ENADE .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1.1 Conceito do Curso nos anos de 2015 e 2018.....</b>	<b>59</b>
<b>4.1.2 Desempenho dos estudantes nas provas de 2015 e 2018.....</b>	<b>60</b>
<b>4.2 Impacto das notas das últimas provas do ENADE no processo de avaliação da Faculdade do Cerrado Piauiense.....</b>	<b>66</b>
<b>4.3 Nível de conhecimento dos acadêmicos da Faculdade do Cerrado Piauiense sobre o ENADE e a importância da nota alcançada pela IES.....</b>	<b>71</b>
<b>4.3.1 Período letivo 2022.2.....</b>	<b>71</b>
<b>4.3.2 Definição e realização do ENADE .....</b>	<b>72</b>

<b>4.3.3 Estratégias específicas para a realização do ENADE .....</b>	<b>74</b>
<b>4.3.4 Divulgação dos resultados e a implicação deles para o acadêmico e para a instituição .....</b>	<b>76</b>
<b>4.4 Ações realizadas pela FCP para preparar os alunos para a prova do ENADE.....</b>	<b>78</b>
<b>5 Considerações Finais .....</b>	<b>83</b>
<b>5.1 Contribuições gerenciais.....</b>	<b>84</b>
<b>5.2 Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras.....</b>	<b>85</b>
<b>Referências .....</b>	<b>87</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>90</b>

## 1 Introdução

As Instituições de Educação Superior (IES's) têm papel de relevância no processo formativo, social e cultural da região em que estão inseridas. Considerando as perspectivas econômicas, a formação acadêmica pode mudar o contexto regional por meio da educação e isso se evidencia, principalmente, em cidades pequenas ou distantes dos grandes centros e assim, as faculdades assumem, também, poder de transformação social. Acerca do nível de escolaridade do indivíduo como sendo uma importante característica do início da carreira, postulam Pastore e Valle Silva (2000) que

a educação é o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, importância que vem crescendo ao longo do tempo. Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social (Pastore & Valle Silva, 2000, p. 40).

Por seu turno, Scalon (2009) propõe que o nível educacional constitui-se como imprescindível para a indicação do padrão de vida de determinada sociedade e, além disso, relaciona-se, de modo estreito, aos diversos fatores que influenciam os indivíduos, tais como sua qualidade de vida, sua saúde e até mesmo em seu grau de associativismo. Destarte, o nível de escolarização constitui-se, indubitavelmente, como informação essencial para o conhecimento da distribuição de diversos recursos e oportunidades em um país.

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que as IES's têm papel relevante não só na formação de recursos humanos que atendem às exigências do mercado, mas também na promoção do desenvolvimento social. Devido à sua importância, as IES's são constantemente avaliadas, por meio de instrumentos, para que se possa garantir a oferta de ensino superior de qualidade, mesmo considerando as diferenças próprias de um setor com instituições de diversas proporções, seja de número de alunos, infraestrutura ou tipo de oferta.

Os instrumentos de avaliação contemplam todas as dimensões estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que se propõe a analisar as instituições, os seus cursos e o desempenho dos estudantes. Neste

processo são levados em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

Assim, corrobora-se a ideia de Belloni (1999) de que a avaliação institucional é o processo sistemático de busca de subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade da instituição. Explicitar seus objetivos e finalidades, seus princípios e características, assim como suas modalidades, permite compreender como e por que a avaliação pode constituir-se como uma estratégia institucionalizada para construir uma relação efetiva com a realidade social pautada no compromisso com a reconstrução e a transformação social.

Observamos que a avaliação da educação tem dois objetivos básicos: o autoconhecimento e a tomada de decisão. Tem ainda, por finalidade, aperfeiçoar o funcionamento e melhorar os resultados das instituições educacionais. Segundo Brito (2008), a avaliação, quando concebida como um processo dinâmico, pode ser usada como referencial para que as Instituições de Educação Superior disponham de evidências empíricas, não apenas de suas debilidades, mas também de potencialidades e realizações. Conhecendo e dando a conhecer os elementos que integram e interagem em cada IES, é possível transformá-las em direção às metas almejadas, organizando as instituições de modo que atuem e formem profissionais engajados e comprometidos com uma sociedade em constante mudança.

A avaliação institucional ainda é vista, por muitos dos integrantes presentes nas instituições, como um momento importante, mas o que se observa é que não há uma exata compreensão da amplitude de sua realização e nem sobre a finalidade para a qual ela é desenvolvida, independentemente dos resultados alcançados. Freitas (2006, p.16) afirma que:

a avaliação institucional é um processo coletivo que mobiliza a escola toda para os problemas pautados pelas avaliações e reconhecidos pelo coletivo, com vistas a sua superação. (...) um papel importante ao ser uma articuladora entre problemas, ações e compromissos locais da escola e seu vínculo com as demandas do poder público para alicerçar tais ações e compromissos.

Segundo esse autor, define-se a avaliação como o reconhecimento ou a atribuição de um valor a algo ou alguém. No âmbito educacional, corrobora que é necessário que seja adotada uma postura que inclua compromisso e ética profissional, uma vez que

a avaliação é histórica e cultural, e, além disso, dentro das IES's tem crescido e conquistado espaço em momentos de reflexões variadas e atitudes a serem tomadas.

A avaliação institucional se cumpre quando as metas que são definidas se tornam referência para que a instituição se organize e efetive o seu projeto político pedagógico, com base nas diretrizes curriculares nacionais, formando profissionais que sejam comprometidos com a mudança do meio no qual estão inseridos, o que está disposto no artigo 2º da lei do SINAES. Tal artigo estabelece que, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho de estudantes, deverá ser assegurado o caráter público de todos os processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade, e a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos: corpo docente, discente e técnicos-administrativo e também representantes da sociedade civil.

Nesse contexto, consideram-se os componentes compreendidos pelos SINAES como referencial básico para os processos de regulação e supervisão do ensino superior. Atualmente o SINAES está alicerçado em pilares avaliativos que se constituem como seus mecanismos de acompanhamento e controle da qualidade do ensino superior: autoavaliação, avaliação das instituições de ensino superior; avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes, realizada através da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Este trabalho tem como foco a análise da avaliação de desempenho discente realizado através do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). O exame é composto pelos seguintes itens: 1) prova realizada pelo aluno; 2) questionário de avaliação discente da educação superior; 3) questionário dos coordenadores de curso e 4) questionário sobre a percepção do aluno sobre a prova.

O ENADE avalia a trajetória do estudante, o domínio da área e suas competências profissionais, levando em consideração as habilidades acadêmicas adquiridas ao longo do curso, o que está previsto no Decreto nº 9235/ 2017. Este documento dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. A Seção II do Capítulo IV do Decreto n. 9.235/2017 trata,

especificamente, da avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do ENADE.

Segundo Gontijo (2014), o ENADE é um instrumento formal aplicado aos estudantes de cursos de graduação e se caracteriza como um instrumento de caráter instrucional que tem como finalidade avaliar os conhecimentos e habilidades por meio de exames, sendo um componente curricular obrigatório.

Para Brito (2008) a avaliação do progresso acadêmico dos estudantes é importante e deve se constituir parte das políticas públicas. Porém, precisam ser estabelecidos o limite e o real alcance desse tipo de avaliação, pois eles diferem de maneira crucial para a própria concepção, no tipo de exame, no alcance, na forma de administração e na utilização dos resultados da prova. Essa incoerência pode gerar resultados insatisfatórios para as IES, posto que, provavelmente, não há uma clareza quanto ao processo de aplicação da prova e, em consequência, da avaliação das instituições.

Embora se tenha definido apropriadamente o SINAES e se institucionalizado sua implantação através de Lei nº 10.861/2004, Dias Sobrinho (2008) chama a atenção para o reducionismo que permeia esse sistema de avaliação, principalmente no tocante à qualidade das instituições:

A nova fórmula de qualidade resulta da combinação de 3 indicadores: o desempenho do estudante no exame nacional, mais o IDD (índice de diferença de desempenho) e o índice de insumos. Assim, a qualidade medida objetivamente é o produto estatístico dessas informações do estudante (Dias Sobrinho, 2008, p. 821).

A Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, já revogada, definiu os indicadores de qualidade e os conceitos de avaliação. São considerados indicadores de qualidade: o Conceito Preliminar do Curso (CPC); o Índice Geral de Cursos (IGC); e o Exame Nacional de Desempenhos dos Estudantes (ENADE).

De forma estruturada, a combinação desses indicadores culmina numa única medida denominada IGC – Índice Geral dos Cursos, que é resultado do CPC – Conceito Preliminar de Curso que é formado pelo indicador de desempenho dos alunos concluintes dos cursos de graduação, através do ENADE (exame nacional de

desempenho dos estudantes). Ter esses indicadores como critério de avaliação da qualidade das instituições de ensino superior gera críticas e debates, considerando que a avaliação não capta e nem representa bem a realidade das faculdades e seus cursos. Cardoso e Sobrinho (2014) ressaltam a enorme importância do ENADE na definição do CPC e do IGC, sendo a avaliação realizada pelo aluno, responsável, quase que isoladamente, pela composição destes indicadores. Também relata que o ENADE não pode ser determinante para aferir a qualidade de um curso, sendo este apenas um fator para a composição dos índices e conceitos das instituições.

Considerando esse contexto, o foco do presente estudo é a Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP, uma instituição de educação superior, com limite territorial de atuação no município de Corrente, no Estado do Piauí, com sede na Avenida Desembargador Amaral, nº 1835, área central da cidade. Entende-se que o estudo se faz propício à Instituição por sua relevância e pela necessidade constante de repensar o processo de avaliação institucional.

A FCP iniciou suas atividades, como instituição de ensino superior, a partir da Portaria Ministerial nº 2.148, de 22 de dezembro de 2000, que credenciou a Faculdade e autorizou o funcionamento do Curso de Bacharelado em Administração com Habilitação em Administração de Empresas. No ano seguinte foram autorizados outros cursos, como por exemplo o Bacharelado em Ciências Contábeis, a Licenciatura Plena em Letras e o Bacharelado em Direito.

Circunstâncias diversas relacionadas, sobretudo, à expansão da oferta de vagas em IES públicas da região por meio, inclusive, da oferta de diversos cursos na modalidade de educação à distância, comprometeram a demanda de alunos aos cursos ofertados pela FCP, nas áreas de Administração e também no curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Português e Inglês no modo presencial. Dessa forma, a escassez na entrada de novos ingressantes nesses cursos os tornaram inviáveis quanto a sua oferta pela FCP. Então, protocolou-se o pedido de extinção voluntária dos cursos citados, ficando a FCP com a oferta apenas do Curso de Direito<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Portaria nº 292, de 29 de março de 2021 – Extinção do Curso de Ciências Contábeis - Portaria nº 298, de 29 de março de 2021 – Extinção do Curso de Letras (Português – Inglês) e do Curso de Bacharelado em Administração.

A FCP é hoje uma IES reconhecida por seu compromisso com a qualidade na oferta do Curso de Bacharelado em Direito, atendendo alunos de vários municípios vizinhos e mesmos alunos oriundos de outros estados. Sendo o curso de bacharelado em Direito o único curso de graduação a ser ofertado pela FCP, há o compromisso de se fazer com que a instituição cresça e aprimore sua qualidade de ensino, pesquisa e extensão, a fim de atender a demanda e para que se possa pleitear uma maior oferta de vagas para novos estudantes nos anos vindouros.

Nesta perspectiva, cabe à Instituição cumprir os protocolos e orientações propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), implantado a partir de 2004, o qual preconiza uma avaliação global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das IES e dos cursos a ela vinculados a fim de atingir a qualidade esperada na prestação de serviços.

A Instituição citada tem cumprido o seu papel em atender as demandas dos órgãos reguladores de ensino, mas os índices e conceitos a ela concedidos não são satisfatórios, posto que, com base nos relatórios do INEP, as notas do ENADE são inferiores a 3. Esses resultados têm levado a IES em tela a assumir protocolos de compromisso e repensar ações que possam garantir que os acadêmicos tenham as competências e habilidades necessárias para a realização da referida prova, e assim a instituição possa alcançar os resultados esperados.

A FCP tem como missão “gerar, sistematizar e difundir conhecimentos por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais capazes de interagir frente à realidade, promovendo o desenvolvimento econômico, social e cultural da região” (PDI da FCP, p. 7). Tal premissa nos apresenta o papel dessa Faculdade enquanto instituição de educação superior e a necessidade de se compreender a relevância de uma avaliação constante para que se garanta a qualidade de ensino. É através de suas funções que a FCP consolida seu compromisso político-social com as comunidades da região sob sua influência.

Um questionamento que se levanta é sobre a importância dada ao ENADE pelos alunos da Faculdade do Cerrado Piauiense. Considerando os índices da faculdade, é

possível se questionar se, de fato, os alunos se envolvem nesse processo avaliativo e se têm compreensão real do seu significado para o curso e para a instituição. Outro ponto envolve avaliar sobre a existência do entendimento claro sobre os índices que compõem o Conceito Preliminar do Curso e de que forma estes estão associados aos critérios que determinam a qualidade da instituição.

Feita essa explanação e considerando-se a importância do processo de avaliação para o planejamento e desenvolvimento da IES e do ENADE para composição dos índices (CPC e IGC) atribuídos à Instituição em pauta, cabe, através deste estudo, responder à seguinte questão: Quais as implicações dos resultados das provas do Enade, nas edições dos anos de 2015 e 2018, para a gestão da Faculdade do Cerrado Piauiense?

## **1.1 Objetivos**

Através da definição dos pontos em pauta, espera-se apresentar com maior clareza e objetividade a relevância e os impactos deste estudo para a Instituição em foco nesta abordagem.

### ***1.1.1 Objetivo geral***

Analisar as implicações dos resultados das provas do Enade, nas edições dos anos de 2015 e 2018, para a gestão da Faculdade do Cerrado Piauiense.

### ***1.1.2 Objetivos específicos***

- Discutir os índices alcançados pela Faculdade do Cerrado Piauiense nas últimas edições do ENADE;
- Identificar o impacto das notas das últimas provas do ENADE no processo de avaliação da FCP;
- Mensurar o nível de conhecimento dos acadêmicos da Faculdade do Cerrado Piauiense sobre o ENADE e sobre a importância da nota alcançada pela IES;

- Identificar as ações realizadas pela FCP para informar e preparar seus alunos para a prova do ENADE.

Desse modo, para alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa (feita por meio de análise documental, entrevistas, questionários) e também descritiva. Trata-se de um estudo de caso que busca identificar o nível de conhecimento dos alunos da Instituição sobre a aplicação do Exame de Desempenho Acadêmico e de que forma os resultados obtidos neste exame podem implicar no planejamento institucional e na proposição de ações voltadas para o fortalecimento do processo de avaliação.

## **1.2 Justificativa**

O processo de avaliação no país tem sido transformador e, também, desafiador. Compreender que esse processo deve ser constante e coletivo pode ser a garantia dos resultados esperados pela Instituição que é objeto desta pesquisa.

A autora deste estudo já acompanhou avaliações do Ministério da Educação para processos de reconhecimento de cursos de graduação e de credenciamento da FCP. Acompanha também o processo de avaliação institucional promovido pela CPA, além de ter exercido o cargo de diretora acadêmica de 2011 a 2019 e atualmente está à frente da direção geral na Instituição.

Pensar e reestruturar o processo de avaliação é um desafio para a gestão da IES e é algo que deve ser feito de forma democrática e participativa. Assim este estudo se realiza no intuito de identificar as principais dificuldades desta ação, principalmente no tocante à realização dos exames de desempenho dos estudantes.

Faz-se, assim, necessário, identificar os pontos fracos e as potencialidades institucionais para se garantir o cumprimento das metas estabelecidas na IES e compreender o todo para que se possam alinhar as demandas e necessidades da faculdade e, em consequência, alavancar nos índices gerados a partir dos exames realizados pelos discentes.

De acordo com Peixoto (2011), o SINAES traz uma série de inovações que permitem compreender melhor o processo de gestão estratégica de uma instituição de educação superior, valorizando seu projeto institucional e fortalecendo a dinâmica participativa que envolve a comunidade acadêmica. Por meio dos processos estabelecidos, é possível identificar que há uma tendência, sobretudo no segmento privado, de utilizá-lo como um mecanismo norteador da gestão, já que, pela proposta da avaliação institucional ali caracterizada, há uma condição de indução à qualidade. Esta qualidade, por sinal, é baseada em critérios objetivos e subjetivos, determinados por instrumentos, práticas e processos que devem ser observados pela instituição.

Nesse sentido, em se tratando da autoavaliação, Polidori, Fonseca e Larrosi (2007) destacam que o processo é um elemento importante para o desenvolvimento da gestão participativa, orientando o desenvolvimento de ações que fundamentem o autoconhecimento. Por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), surgem movimentos que integram os diversos segmentos da comunidade acadêmica e orientam a discussão em torno dos problemas, desafios e oportunidades que percorrem paralelos ao projeto institucional da IES. Isso fortalece o Plano de Desenvolvimento Institucional e os objetivos das faculdades, determinando um posicionamento coerente com cada missão.

Assim, compreender todo o processo de avaliação nacional e de que forma ele implica na rotina de cada IES pode promover a ampliação e a gestão da faculdade alvo deste estudo de modo mais efetivo, redefinido seu modelo gerencial.

### **1.3 Estrutura da dissertação**

Esta dissertação é composta por 5 capítulos, incluindo a Introdução, denominada como capítulo 1, que aborda a proposta inicial do estudo, seus objetivos, sua justificativa e relevância. Na introdução apresenta-se também a questão norteadora deste trabalho, bem como na justificativa é oferecida uma visão ampla do trabalho a ser desenvolvido.

No capítulo 2 tem-se o referencial teórico, o qual busca apresentar o histórico do ensino superior no Brasil, bem como abordar também os processos de avaliação das

instituições de ensino, explicitando como se deu a transformação desses processos e a importância dos mesmos na garantia da oferta do ensino superior de qualidade. Neste capítulo é dada ênfase aos exames de desempenho dos estudantes e de que forma eles podem redefinir o planejamento institucional.

No capítulo 3 foram descritos os passos adotados para o presente estudo e seu desenvolvimento, de acordo com os pressupostos metodológicos anteriormente delineados.

No capítulo 4 apresentam-se os resultados e as discussões a partir de uma análise documental e de entrevistas e questionários aplicados a gestores e acadêmicos da Faculdade do Cerrado Piauiense, IES em tela nesta dissertação.

Finalmente, no capítulo 5 tecem-se as considerações finais do trabalho, incluindo-se as contribuições gerenciais, as limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros. Seguem as referências e os apêndices.

## **2 Referencial Teórico**

Neste capítulo apresenta-se a evolução histórica do Ensino Superior no Brasil, abordando sua trajetória e as perspectivas do seu desenvolvimento e, de forma mais específica, seus processos de avaliação institucional. É objetivo desta dissertação tratar sobre o sistema de avaliação como instrumento de aferição dos índices atribuídos às instituições de ensino superior e de que forma alguns índices e conceitos podem redirecionar os modelos de gestão da IES em pauta (FCP).

### **2.1 Histórico do ensino superior no Brasil**

No Brasil, o Ensino Superior teve seu princípio no século XVII. As aulas eram ministradas por religiosos sob a direção dos Jesuítas e os cursos eram limitados, como Filosofia e Teologia. Já no século XVIII, com a criação de outros cursos que tinham como objetivo estabelecer burocratas para o Estado e especialistas para a produção, inicia-se a formação de profissionais liberais (Cunha, 2011).

Com a chegada da Coroa Portuguesa, em 1808, deu-se a estruturação do núcleo de ensino superior no Brasil, controlado pelo Estado e orientado para a formação profissional (Sampaio, 1991). As primeiras escolas superiores, criadas em 1808 perduraram até 1934, com um modelo de ensino voltado para a formação em profissões liberais tradicionais, como Direito e Medicina, ou para as Engenharias (Sampaio, 1991). A presença e controle do Estado no ensino era presente de tal forma que chegava ao ponto de determinar as instituições a serem criadas, seus objetivos, o estabelecimento do currículo de cada curso e os próprios programas das instituições de ensino superior (Sampaio, 1991). Um exemplo pode ser constatado na carta de Lei de 1810, onde constam as especificações dos livros e tratados nos quais os docentes deveriam se basear para a redação obrigatória de seus compêndios (Adorno, 1988; Sampaio, 1991).

O Estado controlava e se manifestava também no acompanhamento dos dirigentes das instituições de ensino. Almeida Júnior (1956), recorre ao relatório de Clóvis Beviláqua, de 1837, sobre o ensino profissional no Brasil, que apontava a "má escolha" de alguns lentes nomeados por escandaloso patronato:

A própria distribuição das cátedras, em geral, atendia mais a critérios políticos do que acadêmicos, destacando-se a nomeação regional na indicação dos primeiros docentes (Adorno, 1988, p. 7).

Durante esse período inicial, que compreende os anos de 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolveu lentamente, em compasso com as rasas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Tal época pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, caracterizado pelas escolas profissionalizantes, e, o segundo, pelas escolas de Filosofia, Ciências e Letras, entre outras (Bottoni et al., 2013). Observa-se que a história das universidades no Brasil é relativamente recente, “quando comparadas às universidades da Europa” (Bottoni et al., 2013, p.17).

A Tabela 1 apresenta uma cronologia da criação das primeiras faculdades brasileiras:

**Tabela 1**  
**Primeiras Faculdades brasileiras**

1808	Faculdade de Cirurgia da Bahia-Salvador
1808	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1827	Faculdade de Direito de Olinda
1827	Faculdade de Direito de São Paulo
1839	Faculdade de Farmácia de Ouro Preto
1876	Escola de Minas – Ouro Preto

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que o processo educacional brasileiro foi sendo implantado de forma muito lenta, e o Ensino Superior só foi iniciado devido à vinda da Família Real para o Brasil, sendo criado para atender à elite. Na Tabela 1 observa-se que os primeiros cursos se inserem na área da Medicina e do Direito, o que justifica o atendimento à elite e o intervalo, em anos, entre a implantação de uma IES e outra, demonstra a lentidão desse movimento: as primeiras escolas foram criadas em 1808 e apenas após 19 anos houve a criação da Faculdade de Direito de Olinda. Da criação da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto para a de Escola de Minas, neste mesmo município, transcorreram-se 37 anos.

No final do império (1889) o Brasil tinha apenas seis escolas superiores que eram voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros; em 1900, não existiam mais que 24. Três décadas depois já havia no país uma centena de instituições, sendo

que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica.

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, estavam as instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outro, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Desses, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles; outros, entretanto, permaneceram essencialmente privados.

Segundo Martins (2002), na década de 1920 o debate sobre a criação de universidades não se restringia mais a questões estritamente políticas (grau de controle estatal) como no passado, mas ao conceito de universidade e às suas funções na sociedade. As funções definidas foram as de abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa. As universidades não seriam apenas meras instituições de ensino, mas centros de saber desinteressado.

Essa nova proposta diferenciava-se por buscar criar um centro de elaboração, ensino e difusão da ciência. A universidade moderna, de acordo com Nagle (1974), deveria ser formada de modo que:

- fossem integradas em um sistema único, mas sob direção autônoma, as faculdades profissionais (medicina, engenharia, direito), os institutos técnicos especializados (farmácia, odontologia) e as instituições de altos estudos (faculdades de filosofia e letras, de ciências matemáticas, físicas naturais, de ciências econômicas e sociais, de educação, entre outras).
- pudessem desenvolver, sem perder o seu caráter de universidade, como instituições orgânicas e vivas, posto seu espírito científico, pelo nível de estudos, pela natureza e eficácia de suas ações, a serviço da formação e do desenvolvimento da cultura nacional.

O período de 1931 a 1945 no Brasil caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca do apoio ao novo

regime, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico, o que de fato ocorreu a partir de 1931. As ambições da Igreja Católica eram maiores e culminaram com a iniciativa da criação das suas próprias universidades na década seguinte.

O período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. Durante esse período, o sistema de ensino superior continuou crescendo lentamente até 1960, época da formação da rede de universidades federais; da criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas); da expansão do sistema universitário estadual paulista e do surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país. Entre 1946 e 1960, foram criadas 18 universidades públicas e dez particulares, de maioria confessional católica e presbiteriana (Sampaio, 1991).

O regime militar iniciado em 1964 desmantelou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, vistas como focos de subversão, ocorrendo em consequência o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970. A reforma de 1968, a despeito de ocorrer em clima de deterioração dos direitos civis, inspirou-se em muitas das ideias do movimento estudantil e da intelectualidade das décadas anteriores e foi capaz de: 1) instituir o departamento como unidade mínima de ensino, 2) criar os institutos básicos, 3) organizar o currículo em ciclos básico e profissionalizante, 4) alterar o exame vestibular, 5) abolir a cátedra, 6) tornar as decisões nas instituições mais democráticas, 7) institucionalizar a pesquisa, 8) centralizar decisões em órgãos federais.

Durante esse período, tanto o setor público quanto o privado foram beneficiados com os resultados da política econômica do regime militar. No Brasil, ao contrário de alguns países da América Latina, a repressão política promoveu o ensino superior, tanto público quanto privado. O número de matrículas, em cerca de vinte anos, passou de

95.961 (em 1960), para 134.500 (em 1980). Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento. ( Santos e Cerqueira, 2009)

O aumento da demanda pelo ensino superior está associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal. O setor público não se preparou para esse momento do ensino superior; já o privado foi capaz de absorvê-lo, porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto para o ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação.

A década de 1980 foi de crise econômica e de transição política que culminou em uma nova Constituição em 1988 e, logo no início da década seguinte, na eleição direta para presidente. No período, tanto o setor público quanto o privado foram atingidos pela estagnação no ensino superior; porém, os reflexos da crise econômica causaram maior efeito no setor privado. Em 1986, 76,5% das matrículas no ensino superior se concentravam no setor privado. As universidades federais resistiam à implementação de cursos noturnos, com um percentual de apenas 16% das matrículas.

Entre 1985 e 1990, aumenta em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49. Essa multiplicação não foi positiva para o ensino como um todo e nem para a clientela que fazia uso de instituições dessa natureza (Santos, Cerqueira, 2009, p. 7).

A aprovação da LDB, em dezembro de 1996, incorporou inovações aos cursos superiores, como a explicitação dos variados tipos de IES's. Por universidade se definiu a instituição que articulasse ensino e pesquisa. A nova Lei fixou a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de ensino superior, precedida de avaliações, além de estabelecer a necessidade da renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores. Se para as instituições públicas em pouco ou nada afetou a implantação da nova Lei, para o setor privado representou uma ameaça de perda de status e autonomia.

Foi neste contexto que se criou o Exame Nacional dos Cursos, o conhecido Provão, que, a princípio, encontrou forte resistência entre as instituições privadas, alunos e professores do setor público. Com os primeiros resultados, ganhou em parte a simpatia das instituições do setor público, já que os cursos mais bem classificados a elas estavam vinculados.

Ao longo dos anos 1990, a educação foi fortemente marcada pelas diretrizes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), realizada entre os dias 05 e 09 de março de 1990 em Jomtien, na Tailândia, tendo sido convocada pela Unesco, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, os países signatários assumiram a meta de universalização da educação básica. Essa conferência foi, portanto, um importante movimento que deu visibilidade à educação no final do século XX, apontando-a como propulsora do desenvolvimento dos países.

Em 1993, foi elaborado o Plano de Educação para Todos (BRASIL, 1993), o que se deu de forma articulada entre a União, os estados e os municípios. Ao MEC coube a coordenação da criação do plano, ficando sob sua responsabilidade a formação de um grupo executivo constituído por representantes em três esferas, portanto, membros do próprio ministério, no âmbito federal, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), em nível estadual, e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), no plano municipal.

A iniciativa de maior destaque no contexto da educação superior está pautada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, inaugurado em 2007, por meio do Decreto Presidencial nº 6.096. De acordo com Lima (2008),

esta década está marcada por um processo de contra reformas quando já no ano de 2003 se evidenciou a prioridade que o novo governo atribuiu a esta área, tendo em vista as diversas ações que se explicitaram nos correntes anos por meio de medidas provisórias, projetos de Lei, Leis e decretos (Lima, 2008, p. 02).

O novo programa de educação superior vislumbrava a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, aproveitando-se da estrutura física e de recursos humanos existentes nas instituições, buscando alcançar 100% do número de ingressantes na universidade pública (Sebim, 2008).

Evidencia-se, no decorrer dos anos 2000, a criação de uma série de iniciativas do Governo Federal que incidiram no ensino superior. As questões como o formato institucional, os processos seletivos, as diretrizes curriculares, a avaliação, entre outros, fizeram parte da flexibilização da legislação e foram criados visando à expansão da educação superior do país, que se encontrava estagnada desde 1980.

Desse processo, em curso atualmente, emerge numa nova mudança caracterizada pela diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior alterando-se o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana. Em consequência dessa mudança freou-se o processo de expansão das universidades públicas, especialmente as federais, estimulando-se a expansão de instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor medida, das instituições estaduais.

## **2.2 Ensino superior no município de Corrente – Piauí**

Os anos de 1987 e 1988 foram decisivos para mudar a história de Corrente, município pertencente ao estado do Piauí. A partir desta data, a ideia de universidade começou a tomar forma de projeto e de instituição propriamente dita na cidade. O ensino superior chegou na forma de um projeto de universidade comunitária, sob forte influência da Universidade de Passo Fundo – RS.

Em 1989 foi criada uma comissão com representantes das escolas do município, das Igrejas Católica e Batista e com o secretário da SESU (Secretaria do Ensino Superior – MEC). A comissão realizou uma visita à Universidade de Passo Fundo e conheceu o seu projeto institucional, confirmando a possibilidade de implantação de um projeto semelhante no município de Corrente.

Assim foi criada a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí (FESPI) para que o projeto institucional fosse elaborado, além do processo de formação docente que fora coordenado pela Universidade de Passo Fundo, à época tendo como reitor o Pe. Alcides Guareschi. O curso de Metodologia do Ensino Superior, ministrado aos professores, também teve a coordenação dos professores Agostinho Both e Salete Bona.

Este projeto de criação e implantação da Universidade no município de Corrente teve significativa participação da comunidade, que colaborou com doações para a construção da estrutura física. A área de 20 hectares foi doada pelo Instituto Batista Correntino.

A entrega da Carta-Consulta deu-se em 20 de setembro de 1988 e, em 1990 as dependências da FESPI foram concluídas. O primeiro vestibular foi realizado em 1991 quando se confirmou um convênio entre a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí e a Universidade Federal do Piauí. O ensino superior em Corrente começa em 1992 com duas turmas: uma de Agronomia e uma de Pedagogia.

Em Corrente, o ensino superior teve expansão somente em 2000, com a implantação da Faculdade do Cerrado Piauiense, uma instituição de ensino privada que ofertava os cursos de Letras, Ciências Contábeis, Administração e Direito.

Em 2008 implanta-se um *campus* do Instituto Federal do Piauí ofertando cursos de nível técnico, tecnólogos e superior. No ano de 2011, através de convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal e a Universidade Estadual do Piauí, cria-se um polo da Universidade Aberta com a oferta de cursos de Educação à Distância.

### 2.3 Ensino Superior e o processo de avaliação no Brasil

O processo de avaliação, segundo Gatti (2009) é cultural e carrega tradições que devem ser desmistificadas para que o processo de fato se realize. Essa autora postula que

a desconsideração pelas avaliações, descontinuidade de políticas e problemas intrínsecos às atividades de ensino nas instituições contribuem para resultados educacionais abaixo da crítica e, em consequência, a nossa população se torna desprovida de instrumentos básicos do conhecimento para construir uma vida melhor. Essas observações devem ser consideradas para que os projetos de avaliação sejam definidos eficientemente e os resultados construídos desde que respeitados as diferenças regionais e culturais (Gatti, 2009, p. 02).

Dada essa observação, precisamos pontuar que as diversidades podem influenciar e que o contexto deve ser considerado, já que elementos como, por exemplo, poder aquisitivo, regionalismo, acesso à tecnologia influenciam o nível de aprendizagem e, em consequência, os modelos de avaliação propostos. Bernardete Gatti, em seu Artigo “Avaliação e Qualidade da Educação” ressalta que

as avaliações do sistema educacional no Brasil, em sua divulgação mais ampla, têm se centrado no rendimento escolar, de tal forma que a representação sobre qualidade da educação na nossa sociedade tem sido reducionista, traduzindo-se em desempenhos nas provas aplicadas pelos diferentes modelos praticados (Gatti, 2009, p. 03).

No entanto, cabe perguntar se a qualidade educacional se traduziria apenas por esses resultados. A resposta óbvia é que não, pois a qualidade da educação passa por questões diversas, tais quais a existência de uma filosofia educacional e pela consciência do papel social da educação – não só seu papel instrumental, de utilidade, por exemplo, para o trabalho. Entretanto, seu papel para a civilização humana, vai no sentido de uma constituição de valores de vida e convivência, no desenvolvimento de sensibilidades ao outro, ao meio ambiente, às expressões humanas de cultura, por exemplo (Gatti, 2009).

Os instrumentos de avaliação devem compreender os elementos que englobam todo o processo educacional. A finalidade dele não se restringe a dados estatísticos que podem corroborar com o ensino superior. No processo de avaliação, para que se alcance qualidade, trabalhamos com todas as dimensões tratadas pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), pois ele avalia todos os aspectos

que giram em torno do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos alunos, da gestão da instituição, do corpo docente e das instalações.

Griboski (2012) destaca que as informações resultantes do processo de avaliação subsidiam a tomada de decisão dos gestores sobre mudanças necessárias no curso, como a revisão de currículos, de projetos e de programas que venham a incidir em novas práticas e em tecnologias educacionais aplicadas à necessária formação do estudante.

### ***2.3.1 A avaliação no contexto educacional***

Para compreendermos o processo de avaliação institucional e como ele se dá no ambiente acadêmico, faz-se necessário pontuar sobre a forma como se contextualiza o avaliar no campo educacional. De acordo com Vasconcelos (1998), ao pesquisar a história da educação no que tange à avaliação, entende-se que o conceito de avaliação desencadeia discussões e reflexões ao longo do tempo. É um tema que requer grande entendimento diante de sua abrangência, pois desde os tempos primitivos, a avaliação apresenta divergências sobre sua compreensão e ao mesmo tempo ratifica a classificação entre as pessoas.

Tendo em vista a complexidade do tema e a abordagem que sempre foi dada à avaliação, percebe-se que as mudanças são advindas de um processo evolutivo e ainda identificamos no século XXI resquícios do modelo de avaliação classificatório do século XVII, em que prevaleciam os aspectos quantitativos por meio de notas e memorização.

Sobre este assunto, Consolaro (2005) parte do princípio proposto pelos objetivos que devem estar entrelaçados à avaliação, visando ao desenvolvimento dos alunos e primando pela qualidade do avanço individualizado. Para tanto, é preciso levar em consideração a importância do planejamento e a execução do trabalho docente em prol da intenção proposta pelo professor.

Essa abordagem nos mostra que o trabalho docente deve ser pautado no desenvolvimento de competências e habilidades, de tal forma que o aluno seja o protagonista da ação e, para que esse objetivo seja alcançado, o planejamento deve ser contínuo e coletivo, de sorte que o processo se torne proativo e dinâmico.

Por isso, é relevante considerar a possibilidade de a avaliação ser pensada sob novos parâmetros, em que o professor assume o papel de mediador e realiza a intervenção pedagógica, redefinindo os conceitos a serem assimilados pelo aluno. Assim, a avaliação é parte integrante do ensino e aprendizagem; o ensinar, um dia, já foi concebido como o transmitir conhecimentos prontos e acabados, um conjunto de verdades a serem recebidas pelos alunos, gravadas e desenvolvidas na hora da prova. Nessa visão de ensino,

o aprender tem sido visto como gravar informações transcritas para um caderno para devolvê-las da forma mais fiel possível ao professor na hora da prova (Moretto, 2002, p.94).

Nos dias atuais percebe-se uma inversão dos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem e o aluno assume o papel de protagonista, ou seja, participa ativamente da construção e da transformação do conhecimento, além de desenvolver habilidades que corroboram com sua formação. Há uma troca sistemática e construtiva do aprender, do ser e do conhecer.

Deve-se compreender que a avaliação educacional é uma tarefa, além de didática, necessária e permanente no trabalho institucional; assim, ela deve acompanhar todos os passos do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse viés inserem-se as técnicas e metodologias ativas para diversificar o processo avaliativo no Ensino Superior, tendo em vista a diversidade e as necessidades diferenciadas de cada aluno, pois a cada ano cresce o número dos que apresentam carências na aprendizagem, e requerem mecanismos distintos para o seu processo de aquisição do conhecimento.

A avaliação educacional é um instrumento pelo qual se observa, se verifica, se analisa, se interpreta um determinado fenômeno, situando-o concretamente quanto aos dados relevantes, objetivando uma tomada de decisão em busca da produção humana.

Avaliar é um trabalho dinâmico e constante, o qual deve ser pontuado com elementos que tragam uma reflexão para que contribua com a construção do conhecimento.

Segundo Luckesi (2000), o avaliar constitui-se de, basicamente, três passos: 1) conhecer o nível de desempenho do aluno em forma de constatação da realidade; 2) comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação), e 3) tomar decisões que possibilitem atingir os resultados esperados. Trazendo essas proposições para a educação superior, cabe aos pesquisadores analisar o cotidiano das IES's e pontuar que os elementos de avaliação devem ser organizados a fim de cumprir o seu objetivo.

No contexto de cada IES, a coleta de informações deve ser fidedigna para que a análise de resultados possa coincidir com a realidade. Neste ponto, cite-se a Comissão Própria de Avaliação (CPA) que deve subsidiar a avaliação institucional e cuja coleta de dados depende de um contexto e de todos os agentes que compõe a IES. O ciclo se cumpre na coleta, na análise e no retorno. Considera-se que, na CPA, todas as dimensões envolvidas podem fundamentar o projeto institucional, inclusive, reforçando o pedagógico e redirecionando o plano de gestão.

Em se tratando, especificamente, do ensino superior, pontue-se que os modelos propostos de avaliação são, às vezes, desproporcionais às realidades acadêmicas. Elenca-se, por exemplo, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que tem como objetivo inicial avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. Este modelo de avaliação coloca o acadêmico como protagonista que, nem sempre assume, com responsabilidade, o seu papel, cabendo às IES's a necessidade de potencializar atividades para esse fim. Nesse item fica evidente que a condução das ações de gestão pode interferir os resultados.

Nota-se, assim, que a avaliação institucional, que é um processo permanente, tem como principal função inventariar, harmonizar, orientar, reforçar e corrigir os aspectos avaliados. Ela é incorporada no ato do ensino e integrada na ação de formação,

caracterizando-se como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino na medida em que permite a identificação de problemas em uma IES.

Paiva (2008) afirma que a implementação de políticas públicas de avaliação no ensino superior gera diversas discussões; contudo, o autor afirma que esta avaliação irá garantir o sucesso e a própria manutenção das políticas adotadas. No que se refere à avaliação do desempenho acadêmico, o autor afirma ainda que bons resultados dependem do comprometimento dos envolvidos, principalmente, dos estudantes.

A avaliação institucional possibilita a reestruturação do processo educacional e a introdução de mudanças na Instituição. Este procedimento colabora com a reestruturação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Instituição, visando às melhorias em cada um desses pilares fundamentais.

### ***2.3.2 A avaliação como pressuposto da qualidade***

O termo qualidade pode assumir várias concepções e normalmente é empregado para expressar excelência de um produto ou serviço. E quando se relaciona este conceito ao sistema educacional, entende-se que a coletividade produzirá o produto ou o serviço com o padrão de qualidade esperado. Todos os que integram uma IES são protagonistas deste processo. Para que a qualidade na educação seja considerada boa, é necessário se ter bons professores, bons alunos, bons gestores. Toda a construção desse parâmetro é um processo em que se deve compreender que a garantia da qualidade depende do todo e não de aspectos isolados (Rodrigues e Gontijo, 2019).

Sob tal ótica, apresentam-se as dimensões da qualidade propostas por Arruda, apud Frizzo (2003, p. 4), o qual define que, em uma IES, tais dimensões podem ser compostas de: Qualidade ambiental, qualidade dos processos de gestão, qualidade científico-pedagógica, qualidade político-institucional, as quais estão definidas de modo mais específico a seguir.

- **Qualidade ambiental:** refere-se à infraestrutura: salas de aula, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, sistemas de comunicação, dependências, videotecas, restaurantes/bares, etc.;
- **Qualidade dos processos de gestão:** refere-se à qualidade dos processos administrativos, tais como: atendimentos aos alunos, calendários escolares, normas de funcionamento, capacitação de recursos humanos, etc.;
- **Qualidade científico-pedagógica:** refere-se aos métodos e processos de ensino-aprendizagem, currículo, bem como à geração e a difusão do conhecimento;
- **Qualidade político-institucional:** diz respeito à credibilidade que a instituição desfruta no meio da sociedade que a mantém. A instituição deve ser aceita como referência padrão pela sociedade que a mantém e na qual está inserida.

Os elementos elencados explicitam que é cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação de alguns resultados nas IES's. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo.

Durham (2009) propõe uma reflexão acerca da qualidade do ensino superior no Brasil a partir de duas limitações. Em primeiro lugar, esse autor questiona porque não se levam em consideração as deficiências da formação anterior dos alunos e em seguida, porque se procura avaliar a qualidade em termos de um modelo único, como se todas as instituições tivessem o mesmo objetivo e todos os candidatos ao ensino superior tivessem que se sair da mesma forma, quanto aos resultados.

É importante reconhecer que o processo de formação é cumulativo e que as fases e etapas devem ser cumpridas, mas também é visível que muitos alunos ingressam no ensino superior sem as habilidades mínimas de Leitura e escrita e, de forma equivocada, todos são avaliados seguindo os mesmos critérios propostos pelo projeto pedagógico da IES.

Nesta perspectiva, faz-se necessário compreender que qualidade não está associada a alto padrão, à excelência somente, a qualidade no ensino deve ser uma oferta inclusiva, de tal forma que todas as etapas e níveis de progressão se cumpram de forma efetiva.

Sabe-se que não há uma solução única e simples para a melhoria da qualidade associada à democratização do acesso de indivíduos a uma IES. A solução precisa contemplar, simultaneamente, a superação de deficiências dos alunos em sua formação básica, a diversificação de objetivos e currículos das instituições e critérios de avaliação que levem em conta essa diversidade.

A literatura mais recente aponta para a manutenção da avaliação como aspecto central na política educacional, particularmente na produção da melhoria da qualidade do ensino, na medida em que detecta aspectos que vêm gerando alterações significativas no contexto das instituições (Franco, 2004; Pacheco & Ristoff, 2004).

Cury (2003) chega a afirmar que a avaliação terá cada vez mais um impacto sobre a organização da educação nacional. Ela será como que um termômetro para possibilitar a qualidade necessária para que esta organização, seja no setor público, seja no setor privado, alcance os objetivos maiores da Educação Superior. Dessa forma, a avaliação deve se tornar foco de estudos e pesquisas acadêmicas que visem à retroalimentação das políticas educacionais, a partir da promoção da avaliação e da meta-avaliação propostas nas políticas educacionais vigentes. Quando se pergunta que qualidade é essa que vem sendo produzida, a resposta que as instituições vêm dando explicita uma ruptura entre a qualidade desejada e a concretizada, sinalizando uma fragilização do poder indutor da avaliação nos moldes pretendidos.

A concepção de qualidade presente nas instituições parte da busca e da apropriação das notas ou dos conceitos como significantes absolutos. Diante desse quadro, observa-se que conceitos são forjados, comprometendo o processo avaliativo.

Para se verificar a eficiência da “qualidade”, há de se amparar nos modelos de avaliação institucionais que garantem a sua aplicabilidade e ter a consciência de que

a avaliação serve para pensar e planejar a prática da IES e, nessa reflexão, torna-se um recurso para melhorar os processos pedagógicos.

### ***2.3.3 Aspectos históricos e legais da Avaliação da Educação Superior no Brasil***

Compreender os aspectos históricos e a legislação que estão relacionados ao processo de avaliação da Educação Superior é relevante para melhor se apreender o modelo ora vigente, bem como os mecanismos que regem esse processo e de que forma estão presentes no cotidiano das IES's e dos seus cursos.

Considerando o estudo do histórico da Educação Superior, observa-se uma predominância na formação de profissionais a fim de atender o mercado de trabalho. Esse caráter de empregabilidade deveria estar associado à qualidade na formação de profissionais aptos para atuarem em suas áreas; esse era o esperado das instituições de educação superior.

Estudando a Primeira República, especialmente as reformas educacionais, verificam-se características, em relação ao processo de avaliação, presentes no modelo atual de Educação Superior Brasileiro: é essencialmente privado, baseado em faculdades isoladas, voltadas ao ensino, com pouca ou nenhuma ênfase na pesquisa ou na extensão. E que carrega em si a preocupação com a expansão quantitativa, sem, necessariamente, apresentar garantias de qualidade. Além disso, apresenta um modo de inspeção muito semelhante ao de avaliação que se tem hoje em dia, e, mesmo passado muito tempo, continuam sendo adotadas as mesmas práticas de inspeção nas IES's.

Segundo Dias e Oliveira (2020), já era tempo de se perceber um processo de avaliação que favorecesse a construção de uma cultura educacional voltada para a qualidade. Uma avaliação que fosse capaz de produzir sentido, que pudesse ser percebida como uma prática social. E que, verdadeiramente, contribuísse para a melhoria constante da qualidade, que orientasse a expansão da oferta. E, ainda, que propiciasse o aumento permanente da eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social, que promovesse o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES's por meio da valorização da sua missão, da promoção dos valores

democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Em 1930, na denominada Era Vargas (1930–1945), foi criado o Ministério da Educação e Saúde, que tinha a sua frente Francisco Campos. Foi ele quem deu nome em 1931, à Reforma que organizou, de forma efetiva, o ensino secundário e superior no Brasil. Registra-se que nesta época a prioridade do ensino superior concentrava-se na formação profissional e o método de ensino, além da proporção entre aulas expositivas ou práticas não eram necessariamente motivos de preocupação.

Em 1946 foi promulgada a nova Constituição, que, no contexto educacional, evidenciou a norma de que a educação era direito de todos e que poderia ser ministrada também pela iniciativa privada, desde que respeitadas as Leis vigentes:

Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as Leis que o regulem (Constituição Federal, 1946, p. 55).

É importante ressaltar que a Constituição de 1946 também contribuiu no âmbito educacional ao favorecer o processo de discussão do que se configurou como sendo a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que foi aprovada em 1961. A LDB definiu e regularizou o sistema educacional brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição.

A Reforma de 1968 instaurou um novo padrão de Educação Superior no Brasil, privilegiando uma estrutura seletiva, tanto acadêmica como social. A crescente demanda por acesso à educação era atendida pela iniciativa privada, que se organizou por meio de empresas educacionais. Conforme aponta Gomes (2016),

a Reforma Universitária de 1968 [...] teve como objetivo a racionalização e modernização da Educação Superior, visando a atender as demandas de uma economia que rapidamente se diversificava e ampliava o setor de serviços. O Estado investiu em infraestrutura e na indústria de base, e as burocracias pública e privada expandiram-se notavelmente, o que ampliou a demanda por Educação Superior, sobretudo porque as classes médias percebiam a aquisição do diploma universitário como um dos mais importantes veículos para ascender social e economicamente (Gomes, 2016, p. 24).

Tal fato ainda é verificado nos dias atuais, afinal, na sociedade, a obtenção do diploma universitário é entendida como algo capaz de favorecer a ascensão econômica e social.

Embora haja organizações e construções que busquem um padrão para o ensino Superior no Brasil, observa-se, no que diz respeito à avaliação dos cursos de graduação, que até os anos de 1970 não se percebiam alterações significativas. Apenas na década de 1980, surgem as primeiras propostas, por meio do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) que enfatizavam a Gestão das Instituições de Ensino Superior, a produção e a disseminação dos conhecimentos. Este programa foi desativado em 1984 e substituído pela constituição da “Comissão de Notáveis” em 1985 e do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior – GERES, em 1986.

Entre o final da década de 80 e início dos anos 90, algumas universidades iniciaram experiências de autoavaliação que contribuíram para criar um espaço de interlocução entre o MEC e as instituições federais. As experiências de autoavaliação subsidiaram a construção do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, que teve o apoio da SESU/MEC, de 1993 a 1994. Este programa caracterizou-se como uma resposta ao movimento realizado pelas universidades públicas brasileiras, referente ao desafio de implantar um sistema de avaliação institucional que fosse centrado na graduação.

O PAIUB, contando com a adesão voluntária das IES's, caracterizou-se como um Programa construído pelas mesmas, com o objetivo de desenvolver um processo de avaliação institucional valorizando as especificidades de cada instituição. O foco recairia sobre o ensino de graduação, de pós-graduação e de extensão, buscando atender aos objetivos de aperfeiçoamento da qualidade acadêmica, com ênfase nos cursos de graduação; na melhoria da gestão universitária, gerando dados e diagnósticos confiáveis, e na prestação de contas à sociedade do desempenho das Universidades. No entanto, na maioria das IES que participou do PAIUB, somente a graduação desenvolveu algum trabalho relativo ao Programa.

Além disto, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento de uma universidade contemporânea, o processo de avaliação deveria atender a três exigências básicas: ter um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, atuar como uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária e atender a um processo sistemático de prestação de contas à sociedade (BRASIL, 1994).

Em 1996, foi introduzido, em âmbito nacional, o Exame Nacional de Cursos – ENC, popularizado como “Provão”, seguido de outros mecanismos avaliativos, tais como a Avaliação das Condições de Ensino – ACE, e a Avaliação para credenciamento de IES privadas, com a proposta de nivelar as instituições em termos de qualidade.

O Provão constituiu-se como uma avaliação periódica anual das instituições e dos cursos de nível superior de graduação e teve como função avaliar os conhecimentos e competências técnicas adquiridas pelos estudantes em fase de conclusão dos cursos de graduação. A realização do Provão era condição obrigatória para a obtenção do diploma.

No entanto, esse modelo mostrou-se insuficiente e fragmentado para responder ao questionamento referente ao tipo de educação superior que era oferecido aos brasileiros:

O “Provão”, na prática, foi um regulador não tradicional, mercadológico, “uma mão invisível”, porque os resultados das provas aplicadas aos alunos foram utilizados, por deslocamento, como “notas” dos cursos e também como “notas” das IES’s, com grande cobertura da mídia (Barreyro, 2003).

A partir disso, foi desencadeado um processo de discussão que, como resultado, originou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior, permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas, tanto em nível nacional, pelos órgãos pertinentes, quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES’s.

Sendo o foco deste trabalho estudar as implicações para a gestão institucional e a percepção dos acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direito da FCP com a realização da prova do ENADE, uma abordagem mais detalhe sobre o Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior fornecerá à pesquisa os necessários elementos para compreender os eixos que constituem a avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes.

#### **2.3.4 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**

Houve, a partir de 2004, a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, a princípio, trouxe a ideia de que em cada escola existe uma possibilidade diferenciada. Este sistema surge com o principal objetivo de melhorar a qualidade acadêmica e a gestão institucional. Nesse contexto, vale o que se pontuou anteriormente sobre as particularidades das instituições, a sua inserção regional, demandas quanto à estrutura física e de recursos humanos, entre outros fatores. Compreendendo a necessidade de atender a essas diferenças, a avaliação deveria contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das IES's e dos cursos a ela vinculados. Dentro desta concepção, é fundamental o reconhecimento da diversidade e o respeito à identidade de cada escola.

Cardoso e Sobrinho (2014) relatam que a proposta do SINAES se pauta em duas ideias centrais: a de integração e a de participação. A ideia de integração relaciona-se com a utilização de múltiplos instrumentos e dimensões e a combinação de diversas metodologias para a formação de um conceito global. A ideia de participação ocorreria por meio do envolvimento de toda a comunidade acadêmica com o processo avaliativo, de modo a assegurar o comprometimento com as mudanças e criar uma cultura de avaliação nas IES's.

Já se discutiu, nesta dissertação, que a avaliação é um processo dinâmico e, é fundamental que seja usada como referencial para que as Instituições de Ensino Superior tenham elementos para identificar, não apenas as suas deficiências, mas suas potencialidades e realizações.

Polidori (2000), nos mostra que é importante evidenciar que o SINAES busca reconhecer a diversidade do sistema de educação superior do país, respeitar a identidade, a missão e a história das IES's, entender que essas devem ser avaliadas

globalmente e ainda buscar a continuidade do processo avaliativo. É fundamental, também, que o Sistema permita que as instituições desenvolvam a sua gestão com base nas informações advindas deste processo avaliativo, e que os resultados se convertam em estratégias para enriquecer o planejamento das IES's e subsidiar uma construção de políticas internas de desenvolvimento de oferta de um ensino superior de qualidade.

O SINAES, estabelecido na Lei nº 10.861/04 de 14 de abril de 2004, fiel a esta concepção, em seu Artigo 2º estabelece que:

ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá ser assegurado o caráter público de todos os processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade, e a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos: corpo docente, discente e técnico-administrativo e também representantes da sociedade civil (Lei nº 10.861, 2004).

A referida Lei nos apresenta que o Sistema é composto por três eixos que compreendem a avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes.

O primeiro eixo, que corresponde ao desenvolvimento da “avaliação das instituições”, tem como principal objetivo verificar como as IES's são constituídas, qual a sua capacidade de atendimento à comunidade acadêmica em todos os seus alcances e, neste item, está incluído um dos pontos mais importantes do sistema avaliativo: o desenvolvimento do processo de autoavaliação. Esse processo é desenvolvido nas instituições e se realiza através de questionamentos das dez dimensões estabelecidas pelo SINAES. A saber,

- I – A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – A comunicação com a sociedade;

V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – A organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e de comunicação;

VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – Políticas de atendimento aos estudantes;

X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Na proposta de autoavaliação, sugere-se buscar informações sobre essas dimensões para examiná-las e analisá-las no interior das instituições. Essa atividade cabe à Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é um setor constituído em todas as Instituições de Ensino Superior em cumprimento à Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. A Comissão Própria de Avaliação é formada por professores, alunos, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil organizada, com atribuições de coordenação dos processos de avaliação internos da instituição e sistematização dos dados solicitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O segundo eixo se refere à “avaliação dos cursos de graduação”. Para atender aos princípios do SINAES, consiste numa avaliação externa realizada por uma equipe multidisciplinar de especialistas para avaliar cursos de áreas afins, aos quais junta-se um avaliador institucional. Esse eixo terá sua articulação com os processos de regulação por estar definido na Lei que os seus resultados estão vinculados com o reconhecimento e renovação (de reconhecimento) dos cursos.

Brito (2008) nos mostra que as concepções e princípios no âmbito do SINAES sustentam que a avaliação de curso é articulada à avaliação institucional e que a

avaliação da formação acadêmica e profissional deve ser entendida como uma atividade estruturada que permite a apreciação da qualidade do curso no contexto da realidade institucional. Estes pressupostos acompanham a aceitação do SINAES como elemento norteador das políticas educacionais da educação superior brasileira.

Cardoso e Sobrinho (2014) nos mostram que, segundo a regra, o caminho da avaliação seria este: o curso ou a IES recebem um Indicador de Qualidade (CPC ou IGC). Se este Indicador for insatisfatório (nota 1 ou 2), passa por avaliação *in loco*; se for satisfatório (nota 3, 4 ou 5), pode ser dispensado da avaliação *in loco*. Após a visita, nos casos em que são necessárias, são definidos os Conceitos de Avaliação (CC ou CI). Se o Conceito for satisfatório (3, 4 ou 5), o processo segue para publicação da Portaria com ato regulatório. Se o Conceito for insatisfatório (nota 1 ou 2), cabe recurso. Exaurido o recurso e permanecendo o conceito insatisfatório, a IES apresenta à secretaria competente um protocolo de compromisso, em que se dispõe a solucionar os problemas apontados pela avaliação. Se ocorrer o descumprimento das medidas determinadas no protocolo de compromisso, será instaurado processo administrativo para aplicação das penalidades previstas no Artigo 10, § 2º da Lei 10.861/2004, porém com direito de ampla defesa e do contraditório, reafirmados no § 3º do mesmo Artigo:

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

- I – O diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II – Os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas à superação das dificuldades detectadas;
- III – A indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV – A criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o *caput* deste Artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

- I – Suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
- II – Cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;
- III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste Artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação

superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório (Lei nº 10.861, 2004).

O terceiro e último eixo do SINAES compreende uma das participações mais importantes neste ambiente, a dos “estudantes”. Pode-se dizer que este elemento é um grande diferencial no Sistema. A possibilidade de uma coleta rica de informações proporciona às IES’s e às suas coordenações a realização de debates e modificações em questões acadêmicas, políticas e institucionais com base em informações consistentes. O principal instrumento de avaliação junto aos alunos chama-se Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, que se ocupa com o desempenho dos estudantes em relação a competências, saberes, conteúdos curriculares e formação em geral.

Dias Sobrinho (2010), coordenador da CEA (comissão que propôs a criação do SINAES), destaca que esses instrumentos de avaliação que abrangem o SINAES visavam recuperar um conceito mais complexo de educação superior. Sua finalidade essencial seria a formação integral de cidadãos-profissionais. A referência central para isso estaria na sociedade, fazendo, assim, prevalecer o princípio de educação como um bem e um direito humano e social, dever do Estado, independente se a instituição for mantida pelo Estado ou pela iniciativa privada. Assim, dadas as especificidades de cada instituição,

[...] o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, autorregulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas (SINAES, 2003, p. 6).

Reconhecendo a complexidade das instituições de ensino, Sobrinho (2008) coloca a avaliação nas IES’s como um fenômeno multifacetado, ainda em formação. O autor destaca que a avaliação é um instrumento para elevar a consciência dos problemas, potencializar os significados dos fenômenos e projetar novas possibilidades de construção. Além disso, evidencia que não se pode compreender a avaliação simplesmente como um instrumento ou mecanismo técnico, pois ela apresenta uma profunda dimensão pública e por isso é política e ética.

### **2.3.4.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE**

O ENADE foi criado como uma forma de avaliação do corpo discente das IES's e uma forma documental de apresentar os resultados de desempenho dos alunos nos diversos cursos ministrados nas instituições de ensino superior (INEP, 2016). Por ter este caráter avaliativo e comprobatório, esse tipo de iniciativa é uma excelente oportunidade para as IES's promoverem melhorias institucionais, reavaliar metodologias de ensino, readequar os conteúdos programáticos de cursos de graduação, avaliar o desempenho docente no caráter de transmissão do conhecimento além de ser um ponto essencial para avaliações externas na busca de adequação.

O ENADE é destinado à avaliação dos estudantes dos cursos de graduação e pressupõe a existência de “padrões de qualidade estabelecidos por especialistas, com o objetivo de expressarem com maior fidedignidade o desempenho dos alunos” (Gontijo, 2012, p. 02). Seu objetivo é explicitado na Portaria n. 2.051/2004, Art. 23:

A avaliação do desempenho dos estudantes, que integra o sistema de avaliação de cursos e instituições, tem por objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Portaria n. 2.051, 2004).

A prova do ENADE é composta por 10 questões de formação geral e 30 questões de conteúdos específicos elaboradas com o objetivo de aferir as habilidades acadêmicas, as competências profissionais básicas das áreas, o conhecimento sobre conteúdos básicos e profissionalizantes, além de questões transdisciplinares. Este exame busca avaliar o processo, além de ser diagnóstico, pois permite a correção e a superação de dificuldades.

Conforme Gomes, Taylor, e Saraiva (2018), as estratégias nas IES's ainda não foram profundamente estudadas, porém as pressões internas levam essas instituições a procurarem formas de atender e gerar demandas para seu público interno. Ainda conforme esses autores, as relações internas promovidas pelos discentes forçam as

IES's a procurar ferramentas que justifiquem as melhores práticas e apresentações dos serviços prestados.

Por isso, o ENADE apresenta-se como ferramenta estratégica (Teixeira, Maccari, & Martins, 2016) que consegue suprir as diversas necessidades do corpo discente, como a relação do conteúdo teórico dos cursos com a prática no mercado de trabalho (Polidori et al., 2006), a validação das competências dos discentes no momento da conclusão do curso de graduação (Brito, 2008), o alinhamento do conhecimento geral do discente em relação a todos os outros alunos do mesmo curso no Brasil (Barreyro, 2008) e o reconhecimento da qualidade do curso para ingressantes (Schwartzman, 2014).

Brito (2008) postula que o ENADE avalia a trajetória do estudante, considerando o domínio da área e as competências profissionais através do desempenho dos concluintes. O ponto principal do ENADE é, em primeiro lugar, a mudança de foco do exame. Na avaliação dinâmica, o foco de interesse é o progresso dos estudantes nos diversos temas que compõem as diretrizes do curso. Deixa de ser uma avaliação da aprendizagem e passa a ser uma avaliação para a aprendizagem. Destarte, o Exame permite aferir o desenvolvimento de competências profissionais singulares de cada área, assim como o desempenho em questões transdisciplinares (Primi, Hutz, & Silva, 2011).

Da estrutura do exame pode-se apresentar o que dispõe o EDITAL Nº 51, DE 24 DE JUNHO DE 2022, no item 3, que traz:

3.1 A realização do ENADE 2022 abrangerá a aplicação dos seguintes instrumentos:

**3.1.1 Prova:** destinada a aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais ou no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

**3.1.2 Questionário do Estudante:** destinado a levantar informações que permitam caracterizar o perfil dos estudantes e o contexto de seus processos formativos, relevantes para a compreensão dos resultados dos estudantes no ENADE e para subsidiar os processos de avaliação de cursos de graduação e de IES.

**3.1.3 Questionário de Percepção de Prova:** destinado a levantar informações que permitam aferir a percepção dos estudantes em relação à prova, auxiliando, também, na compreensão dos resultados dos estudantes no ENADE.

**3.1.4 Questionário do Coordenador de Curso:** destinado a levantar informações que permitam caracterizar o perfil do coordenador de curso e o contexto dos processos formativos, auxiliando, também, na compreensão dos resultados dos estudantes no ENADE (ENADE, 2022, p. 62).

Brito (2008) postula que os documentos oficiais que tratam do ENADE indicam que, na passagem pela IES, além de dominar os conhecimentos e desenvolver as habilidades e competências necessárias para o perfil da profissão escolhida, espera-se que os graduandos evidenciem a compreensão de temas que transcendam ao seu ambiente próprio de formação e sejam importantes para a realidade contemporânea. Essa compreensão vincula-se a perspectivas críticas, integradoras e à construção de sínteses contextualizadas. Esse componente da prova não trata de conhecimentos gerais, mas, sim, da formação do estudante que ultrapassa os conteúdos tratados em disciplinas. São temas próprios da formação de cidadãos conscientes, engajados e aptos a atuar com ética e consciência social em um mundo com diferentes exigências.

Nota-se que a participação no ENADE promove um conjunto de ações e movimentos que transcendem o que se propõe na rotina institucional. Para os acadêmicos fica claro que a preparação e a participação desse processo incluem formação plena, que o prepara para o mercado de trabalho e para vida como cidadão. Para as instituições, o exame é um norteador que estabelece diretrizes práticas de um planejamento real e palpável.

De forma geral, o ENADE traz às IES's a possibilidade de entenderem melhor o perfil socioeconômico dos seus discentes, bem como sua evolução do conhecimento e competências, promoverem melhorias nas metodologias didáticas dos cursos, avaliarem indiretamente o desempenho do docente, mensurar as melhores práticas de seu corpo administrativo no atendimento às necessidades dos estudantes, além de ter a possibilidade de melhoria na nota dos cursos cedidos pelos órgãos governamentais responsáveis (Barreyro, 2008; Brito, 2008; Polidori et al., 2006; Schwartzman, 2014).

Para Verhine, Dantas e Soares (2006), além do caráter regulador semelhante ao Provão, o ENADE seria um instrumento de avaliação para o diagnóstico de competências e habilidades adquiridas ao longo do curso, integrando a percepção do aluno sobre a instituição e sobre questões gerais, não restritas ao conteúdo específico.

#### **2.4 O ENADE: visibilidade e influência na vida do aluno e da IES**

O SINAES e, posteriormente, o ENADE, foi concebido de forma a evitar ranqueamentos e até punições, mas por serem resultados públicos, a mídia e as próprias instituições usavam os resultados para campanhas de marketing, associando a imagem da instituição com os resultados divulgados. O próprio Ministério da Educação, em setembro de 2008, divulgou um ranking das IES's, o que, até essa data, não ocorria. Essa possibilidade de ranqueamento descaracteriza o objetivo principal do exame, que era o de acompanhar a evolução do estudante.

Brito (2008) pontua que, na proposta original do exame, o interesse seria no conjunto de elementos que compõem o SINAES. Várias transformações foram sendo impostas na análise do exame. Todos os indicadores são válidos, mas é o conjunto deles, como bem expresso no SINAES, que pode, ainda que de forma incompleta, mostrar uma IES e como ela contribui para com a sociedade.

Considerando essa ponderação, vale relatar sobre as influências experienciadas na vida dos alunos e das próprias instituições em relação ao que é posto no processo do ENADE, embora não haja muitos trabalhos que discutam de que forma ele pode influenciar a vida do aluno e a gestão institucional. Andrade (2011) aponta que ainda é grande a carência de estudos empíricos para o nível superior da Educação que apresentem contribuições das práticas de avaliação como elemento relevante e formativo para o educando, seja no âmbito acadêmico ou profissional. Mas observa-se que o ENADE se tornou um critério para que o aluno selecione a instituição que irá estudar, acreditando que os resultados obtidos através da realização da prova são indicadores de que a instituição oferta ensino de qualidade, já que o avaliar está interligado a essa garantia.

O desempenho dos estudantes tem sido mais discutido em razão da cobrança por parte do governo gerada a partir da implementação de ações com a finalidade de acompanhar e avaliar a qualidade dos cursos de graduação, o que por sua vez, gera nas instituições de ensino a busca por melhores resultados (Wilson, 2002).

Quando se trata a influência do ENADE para a vida estudantil e para a IES, reflete-se sobre a dimensão de como este exame é realizado e quais são seus principais componentes. De acordo com Corburcci (2007), a avaliação do ensino vem sendo realizada considerando três principais fatores: corpo docente, infraestrutura e corpo discente. Sobre esse conjunto de três determinantes do desempenho acadêmico mencionados, Miranda et al. (2013) e Ferreira (2015) ainda afirmam que os fatores relacionados aos discentes são os que mais afetam o desempenho acadêmico.

Há de se considerar que, com a expansão das instituições de ensino superior, o aspecto quantitativo da Educação, ligado ao aumento do número de IES's, passou a representar um alerta aos que refletem sobre a influência das avaliações externas como critério de garantia da qualidade do ensino. A avaliação, sendo um mecanismo regulador da qualidade, tende a deixar de contribuir para uma formação acadêmica e de constituição do sujeito e cidadão, conforme propôs Luckesi (1991).

Também importante ressaltar que o crescimento do acesso à Educação Superior não é suficiente para o sucesso da formação de cidadãos profissionais. Entende-se que o aumento quantitativo, sobretudo de instituições privadas, não equivale na mesma proporção ao aumento qualitativo da Educação, uma vez que os interesses relacionados individuais das instituições tendem a ultrapassar os propósitos educacionais (Sobrinho, 2010).

Para Bertolin e Marcon (2015), com a busca por melhores resultados no ENADE, emerge a competição entre instituições e os resultados obtidos são utilizados na captação de novos alunos. Assim, fatores como índices insatisfatórios podem ser critérios para não se selecionar determinada instituição de ensino.

Promover avaliação institucional é algo a ser cumprido com a finalidade de fortalecer o plano de gestão, de forma estratégica, para garantir que as competências

trabalhadas ao longo do curso atendam às perspectivas formativas (formação geral, formação técnico-jurídica, formação prático-profissional). De acordo com Corrêa (2001, p. 2), “a reflexão sobre questões pedagógicas no Ensino Superior não tem sido a tônica nas instituições e poucos são os que se dispõem a discutir e refletir questões relacionadas à avaliação”. Cabe à gestão institucional redirecionar o seu planejamento frente aos resultados obtidos nos exames de desempenho dos alunos.

Quando se trata dos acadêmicos, não se tem de forma clara a percepção deles em relação à realização da prova do ENADE, e esse fator pode trazer dificuldades para um planejamento eficiente, transparente e que gere resultados para a IES. Nota -se que a percepção dos indivíduos é cada vez maior sobre os serviços que lhes estão sendo prestados e nesse contexto, as IES's também são alvo dessas análises quanto aos padrões de excelência. Assim, neste trabalho, buscamos compreender a percepção dos acadêmicos da Faculdade do Cerrado Piauiense em relação à realização da prova em pauta.

### **3 Metodologia**

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, bem como os passos que compõem esse processo, a fim de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa. Na sequência, caracteriza-se a unidade de análise e de observação, bem como os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Por fim, descreve-se a técnica utilizada para a análise dos dados.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

“A ciência surge no contexto humano como uma necessidade de saber o porquê dos acontecimentos” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 84). Esse pode ser um modo de compreender e analisar o mundo através de um conjunto de técnicas e métodos. Considerando a etimologia das palavras, ciência significa “conhecimento”; todavia, vale ressaltar que nem todos os conhecimentos são científicos nem pertencem à ciência, como por exemplo, os conhecimentos vulgares. Por seu turno, Cervo e Bervian (2002) afirmam que:

a ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário (Cervo & Bervian, 2002, p. 16).

Nesta perspectiva, para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizada a abordagem de natureza qualitativa, que se justifica pela necessidade de compreender o nível de percepção e conhecimento dos alunos da FCP em relação à prova do ENADE e, também, as implicações no campo da gestão. Minayo (1994) postula que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Godoy (1995) aponta a existência de, pelo menos, três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Neste trabalho a proposta é a realização de uma análise documental, por meio da seleção de informações relevantes disponíveis nos relatórios publicados pelo INEP, após as realizações dos exames do ENADE, especificamente nos anos de 2015 e 2018, que trará elementos para fundamentar os objetivos desta pesquisa.

Também foi realizado o estudo de caso a partir da análise profunda da citada unidade de observação desta pesquisa. Sobre esta abordagem, Godoy (1995) compreende que o estudo de caso visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular. É amplamente usado nas áreas de pesquisa da administração porque procura saber como e por que certos fenômenos acontecem.

Assim, este trabalho constitui-se como uma pesquisa de campo desenvolvida com os alunos do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense que busca identificar qual a percepção dos acadêmicos com a realização da prova do ENADE e, assim, através desta avaliação externa, identificar de que forma os seus resultados produzem algum impacto, gerando melhorias na Instituição.

### **3.2 Unidade de análise e observação**

A pesquisa tem como foco a Faculdade do Cerrado Piauiense, no município de Corrente, estado do Piauí, sendo essa a unidade de análise. A FCP tem demonstrado dificuldades com seus processos de avaliação, tanto interno quanto externos, posto que os resultados apresentados são insatisfatórios, e isso vem demandando inclusive celebração de protocolos de compromissos de melhorias.

Atualmente a instituição oferta o curso de Bacharelado em Direito, com um total de 5 (cinco) turmas e aproximadamente 130 (cento e trinta) acadêmicos que participarão desta pesquisa e que compreendem a unidade de observação.

A pesquisa realizada na FCP tem a autorização da mantenedora que, ciente dos objetivos propostos, consentiu que os documentos institucionais fundamentassem a pesquisa.

### 3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados

Para fins de coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado (Apêndice B), com perguntas abertas e fechadas aplicado aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense. A técnica aplicada foi a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), objetiva que se observe o que foi dito em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo. Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

A técnica de pesquisa Análise de Conteúdo defendida por Bardin (2011) se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A validade dos achados da pesquisa é resultante de uma coerência interna e sistemática entre essas fases, cujo rigor na organização da investigação inibe ambiguidades e se constitui como uma premissa fundante.

A análise dos resultados obtida neste estudo pode colaborar com a IES em tela, trazendo informações significativas quanto à avaliação externa dos cursos de graduação, aproximando os cursos analisados com a equipe de gestão da FCP e com núcleos que coordenam o processo de autoavaliação da IES.

Outro ponto pertinente é que esses resultados poderão ser apresentados para toda a comunidade acadêmica, e, a partir deles, os planejamentos institucionais devem ser redirecionados a fim de garantir o atendimento à legislação vigente.

O método de aplicação adotado para o questionário se deu por formato eletrônico, utilizando o *GoogleForms*. Todos os participantes (gestores e acadêmicos) receberam o convite pela ferramenta de comunicação *WhatsApp*. O convite foi enviado também para o Diretor Acadêmico da Faculdade e para o Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito, e, ambos participaram, respondendo prontamente às

questões apresentadas. Quanto ao questionário aplicado aos acadêmicos, ele foi enviado aos 130 alunos regularmente matriculados no período 2022/2 e foram obtidas 72 respostas.

Explicitada a maneira como foi realizada a coleta de dados, procede-se, assim, à apresentação e às análises a eles relativas, no Capítulo 4.

#### **4 Apresentação e discussão dos resultados**

Para compreender melhor sobre a unidade de análise da pesquisa faz-se necessário caracterizá-la e apresentar o contexto na qual ela está inserida. Os dados apresentados foram consultados no Plano de Desenvolvimento Institucional, vigência de 2018 a 2023.

A cidade de Corrente está localizada no Território da Chapada das Mangabeiras, Macrorregião de Desenvolvimento dos Cerrados. O Território é formado por 25 municípios, sendo 24 no Piauí, e o município de Alto Parnaíba, no Maranhão.

O Setor Agropecuário se apresenta como a potencialidade econômica de maior expressão na região. A agricultura do cerrado piauiense representa o forte potencial desse território, tendo atraído grandes empresas do ramo, nos últimos anos. A fruticultura desponta com grande perspectiva de desenvolvimento em função da localização geográfica, dos recursos naturais disponíveis, como água e solo, dos fatores climáticos e do alto grau de luminosidade, durante todo o ano. Essas condições favorecem o desenvolvimento das culturas frutíferas de sequeiro, como o caju, umbu, cajá, mangaba, banana, abacaxi, buriti, e das culturas irrigadas, como manga, lima ácida, maracujá, entre outras. Por outro lado, a pecuária bovina tem motivado a circulação de recursos com a comercialização de carne, Leite e animais vivos.

O comércio também contribui significativamente para o aumento do fluxo de renda do mercado na região, com destaque para o comércio varejista de gêneros alimentícios, confecções, móveis, eletrodomésticos, maquinários agrícolas e outros. Além disso, outros setores, como o de hotelaria e o imobiliário, abrem novos caminhos, seguidos pela construção civil e o turismo de prestação de serviços.

A implantação da Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP em Corrente teve critérios previamente determinados, entre os quais: a) a proximidade aos arranjos produtivos instalados, em nível local e regional; b) a importância do município para o território Chapada das Mangabeiras, do qual é parte integrante; c) os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico dessa região, e d) a

existência de potencial clientela para uma instituição de ensino superior no sul do Piauí.

Dessa forma, a FCP se insere no contexto das IES que visam contribuir para o atendimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. Entre as metas estabelecidas, destacam-se a seguir as referentes ao ensino médio e Superior:

- Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.
- Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.
- Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

A Faculdade do Cerrado Piauiense - FCP é uma instituição de ensino superior com limite territorial de atuação no município de Corrente, Estado do Piauí, com sede na Avenida Desembargador Amaral, nº 1835, área central da cidade. É mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Sul do Piauí S/C Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Corrente (PI), com inscrição no CNPJ nº 03.222.611/0001-72.

A Faculdade teve sua proposta de criação encaminhada ao Ministério da Educação (MEC) em 29 de julho de 1999, data em que começou a tramitar esse projeto, através das vias legais. Passados 17 meses, a Mantenedora recebeu a Portaria Ministerial nº 2.148, de 22 de dezembro de 2000, que credenciava a Faculdade e autorizava o funcionamento do Curso de Bacharelado em Administração com Habilitação em Administração de Empresas. No ano seguinte foram autorizados mais 2 cursos:

Licenciatura em Letras com Habilitação em Português e Inglês, e Bacharelado em Direito.

Circunstâncias diversas relacionadas, sobretudo, à expansão da oferta de vagas, em IES públicas da região, por meio, inclusive da oferta de diversos cursos na modalidade de educação a distância, comprometeram a demanda de alunos aos cursos ofertados pela FCP nas áreas de Administração e também nos cursos de Licenciatura em Letras com Habilitação em Português e Inglês. Dessa forma, a escassez na entrada de novos ingressantes nesses cursos os tornaram inviáveis na IES em pauta. Dessa forma, foi solicitada junto ao MEC a exclusão dessas ofertas e houve o efetivo cancelamento desses cursos.

Entretanto, a oferta de vagas para o curso de bacharelado em Direito parece não atender à demanda local, tendo em vista, sobretudo, a não oferta de vagas, atualmente, nesse mesmo curso, pela Universidade Estadual do Piauí. Nesse sentido, a FCP é hoje uma IES reconhecida pelo compromisso com a qualidade na oferta do Curso de Bacharelado em Direito, atendendo alunos de vários municípios vizinhos e mesmos alunos oriundos de municípios do vizinho estado da Bahia. Justifica-se, portanto, ser o curso de bacharelado em Direito o único curso a nível de graduação a ser ofertado pela FCP, o que motiva a instituição a crescer e melhorar sua qualidade de ensino, pesquisa e extensão, a fim de atender à demanda e, em consequência, pleitear uma maior oferta de vagas para os anos vindouros.

Apesar da necessidade de ampliar o número de vagas, até considerando a necessidade de sustentabilidade financeira, a FCP tem um desafio em relação aos índices atribuídos a si. Entre as demandas que geram índices baixos, está a nota do ENADE, que não atinge os percentuais esperados. Registra-se, que com a realização da prova no ano de 2015, a IES alcançou a nota 2 no exame e, no ciclo seguinte, que aconteceu no ano de 2018, a nota foi 1. Considerando esses números, cabe compreender como os alunos percebem a realização deste exame para que ações institucionais possam estar alinhadas, de forma coerente, com o projeto pedagógico da IES.

Tendo como referência a sua missão, a FCP estabeleceu como seus objetivos:

- I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Ministrando o ensino em grau superior para a formação e o aperfeiçoamento de profissionais e especialistas;
- III - incentivar a pesquisa e estimular o desenvolvimento de atividades nas ciências humanas e sociais, ciências da saúde e tecnologia;
- IV - Estender à comunidade o ensino e a pesquisa, mediante cursos e serviços especiais;
- V - Cooperar na orientação e desenvolvimento da educação profissional, colaborando com entidades públicas e particulares através de convênios e contratos para a prestação de serviços de qualificação e requalificação profissional;
- VI - Suscitar em seu corpo docente o desejo permanente de aprender e continuar aprendendo, a autonomia intelectual e o pensamento crítico, o domínio dos princípios e fundamentos científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;
- VII - Estimular a produção do conhecimento sobre os problemas do Estado do Piauí, da Região Nordeste, do Brasil e de um mundo globalizado, oferecendo parâmetros para a sua solução;
- VIII - Incentivar o fortalecimento da paz e da solidariedade universal, mediante a educação crítica e reflexiva sobre a realidade contemporânea;
- IX – Promover a divulgação de conhecimentos científicos, técnicos e culturais que se constituem como patrimônio da humanidade, através do ensino, da pesquisa, da prestação de serviços à sociedade, de publicações e de outras formas de comunicação.

Dada a caracterização da Faculdade do Cerrado Piauí, seguimos neste capítulo a apresentação dos resultados da pesquisa qualitativa e suas discussões que está dividido em quatro seções. Na primeira, encontra-se um recorte histórico com o levantamento dos dados referente aos resultados do ENADE dos anos de 2015 e 2018 da Faculdade do Cerrado Piauiense. Na segunda, discutem-se os impactos das últimas edições do ENADE no processo de avaliação institucional. A terceira seção trará, a partir de um questionário aplicado aos acadêmicos, o nível de conhecimento

que eles têm sobre o exame. Por fim, a última seção apresenta as ações promovidas pela Instituição para a preparação dos acadêmicos para a realização da prova.

#### **4.1 Índices alcançados pela Faculdade do Cerrado Piauiense nas últimas edições do ENADE**

Os dados a seguir são fundamentados nos relatórios de desempenho de Curso publicados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior nos anos de 2015 e 2018 quando da realização da prova do ENADE pelos acadêmicos concluintes da FCP.

Esses relatórios apresentam os resultados obtidos no ENADE e deverão contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem e das condições de ensino e do próprio sistema de avaliação dos cursos de graduação.

As informações traduzem os resultados obtidos a partir da análise dos dados dos estudantes do curso e todos os resultados foram obtidos com base nas análises que consideraram o total de estudantes convocados e presentes ao exame.

##### ***4.1.1 Conceito do Curso nos anos de 2015 e 2018***

Com base nos relatórios estudados, compreende-se que o cálculo do Conceito ENADE é realizado para o conjunto de cursos de uma Instituição de Educação Superior que compõem uma área de abrangência nesse Exame em um mesmo município. A nota final do curso depende do desempenho dos estudantes concluintes no Componente de Conhecimento Específico e no Componente de Formação Geral.

A Tabela 2 indica os diferentes intervalos de notas possíveis e os conceitos correspondentes a esses intervalos nos anos em análise e marcam o conceito obtido pelo curso no referido ano. Os conceitos utilizados no ENADE variaram de 1 a 5, e, à medida que esse valor aumenta, melhor terá sido o desempenho no exame.

**Tabela 2**  
**Conceitos e notas ENADE FCP 2015 e 2018**

	Conceito ENADE	Notas Finais
ENADE 2015	1	0,0 a 0,94
	2	0,95 a 1,94
	3	1,95 a 2,94
	4	2,95 a 3,94
	5	3,95 a 5,0
ENADE 2018	1	0,0 a 0,94
	2	0,95 a 1,94
	3	1,95 a 2,94
	4	2,95 a 3,94
	5	3,95 a 5,0

Fontes: Relatórios do INEP (INEP, 2015, p. 5; INEP, 2018, p. 7).

Com base nos dados apresentados, verificamos que a FCP teve redução no resultado obtido após a realização do exame e da análise dos dados. No ano de 2015 foi registado o conceito 2 e, em 2018, o conceito 1. Esse último conceito é um indicativo do baixo desempenho dos estudantes e, deve-se considerar que os números a partir de indicadores internos e externos sirvam como base para o planejamento de ações integradas que poderiam oportunizar a construção da qualidade como um processo contínuo e aberto, em que todos os setores articulem ações integradas.

#### **4.1.2 Desempenho dos estudantes nas provas de 2015 e 2018**

De acordo com o Artigo 5º, parágrafo 1º, da Lei 10.861/04, o ENADE avalia

o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Lei 10.861, 2004).

O Exame é organizado a partir da avaliação de dois componentes - o de formação geral, comum aos cursos de todas as áreas, e o componente específico para cada curso. A prova de formação geral considera como elementos integrantes do perfil profissional: letramento crítico; atitude ética; comprometimento e responsabilidade sociais; compreensão de temas que transcendam ao ambiente próprio de sua formação, relevantes para a realidade social; espírito científico, humanístico e reflexivo; capacidade de análise crítica e integradora da realidade; e aptidão para socializar conhecimentos com públicos diferenciados e em vários contextos (INEP,

2015). O componente de conhecimento específico do ENADE é voltado para as diretrizes curriculares e está mais diretamente associado à competência profissional, que diz respeito à capacidade de articulação dos conhecimentos adquiridos e sua eficácia nas atividades solicitadas pela natureza do trabalho (Brito, 2008).

Para a composição da nota final, o componente específico contribui com 75% e a formação geral com 25%, conforme o total de questões nas provas (INEP, 2015). O ENADE avalia, então, uma série de competências acadêmicas e habilidades profissionais com respaldo dos conhecimentos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais relativas a cada curso de graduação. Destarte, o Exame permite aferir o desenvolvimento de competências profissionais singulares de cada área, assim como o desempenho em questões transdisciplinares (Primi, Hutz, & Silva, 2011).

A seguir, apresentam-se dados referentes ao número de alunos da Faculdade do Cerrado Piauiense que participaram das edições do ENADE nos anos de 2015 e 2018. Para estabelecer uma comparação com os dados na FCP são também apresentadas as mesmas estatísticas na UF, Grande Região, Categoria Administrativa e Organização Acadêmica da IES e os valores para o Brasil como um todo. Na Tabela 3 apresentam-se os dados do ano de 2015.

**Tabela 3**  
Resultado ENADE 2015

ENADE		IES	UF	Região	Cat. Adm.	Org. Acad.	Brasil
Tamanho da população		6	2693	27407	109840	50473	124924
Número de presentes		6	2257	23399	94394	43390	107417
Resultado Geral	Média	37,0	46,4	45,5	44,7	43,8	45,6
	Erro padrão da média	4,9	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0
	Desvio padrão	12,1	15,3	14,9	14,1	14,0	14,6
	Mediana	34,1	45,9	44,9	44,2	43,1	45,1
	Mínimo	23,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Máximo	54,2	87,9	92,5	92,9	92,9	92,9
	Coefficiente de Assimetria	0,6	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1
Formação Geral	Média	54,6	60,1	58,9	58,4	57,5	59,1
	Erro padrão da média	3,6	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1
	Desvio padrão	8,9	17,1	17,0	16,1	16,2	16,4
	Mediana	53,8	61,9	60,6	59,8	58,9	60,7
	Mínimo	43,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Máximo	67,9	98,0	99,0	99,2	99,2	99,2
	Coefficiente de Assimetria	0,4	-0,6	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5
Componente	Média	31,1	41,9	41,0	40,1	39,2	41,1
	Erro padrão da média	6,5	0,4	0,1	0,1	0,1	0,0
	Desvio padrão	16,0	16,8	16,3	15,6	15,4	16,1
	Mediana	28,4	41,0	40,0	39,1	38,1	40,2
	Mínimo	11,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	Máximo	56,0	88,4	94,5	94,5	93,6	94,5
	Coeficiente de Assimetria	0,6	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2

Fonte: Relatório INEP (INEP, 2015, p. 6).

Da Faculdade do Cerrado Piauiense foram inscritos 6 alunos e todos compareceram ao exame. No estado do Piauí, um total de 2.257 alunos participaram da prova, em comparação com 23.399 na região Nordeste e 107.417 acadêmicos em todo o Brasil. Na Tabela 3 apresenta-se o resultado Geral da edição de 2015, e o resultado nos componentes de Formação Geral e Componentes Específicos. Os resultados da Faculdade do Cerrado Piauiense são comparados aos da UF (Piauí), e também fazem referência aos resultados da região Nordeste e do Brasil.

Nos dados de 2015 observou-se que os acadêmicos da FCP obtiveram desempenho mais baixo considerando a comparação com o resultado do Piauí, da Região Nordeste e do Brasil. No componente da Formação Geral, os acadêmicos tiveram um baixo desempenho, mas o resultado não difere muito quando comparado aos demais dados estatísticos. Nota-se ainda que, no componente específico, a Instituição apresenta o menor índice de rendimento, tanto em comparação com os demais resultados da faculdade como com os dados do estado, da região e do Brasil.

A Tabela 4 apresenta os dados referentes ao desempenho da prova de 2018. Neste ano a instituição teve 21 acadêmicos inscritos e 18 compareceram para a realização da prova.

**Tabela 4**  
Resultado ENADE 2018

ENADE		Curso	UF	Região	Cat. Adm.	Org. Acad.	Brasil
Tamanho da população		21	2506	32279	129849	50552	146104
Número de presentes		18	2222	27564	113326	44000	127386
Resultado Geral	Média	30,1	40,5	41,1	40,6	39,1	41,5
	Erro padrão da média	2,1	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0
	Desvio padrão	8,7	14,6	14,5	13,9	13,7	14,4
	Mediana	32,1	39,5	40,2	39,7	38,0	40,7
	Mínimo	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Máximo	46,7	86,9	91,7	92,3	91,6	92,3
	Coeficiente de Assimetria	-0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2

Formação Geral	Média	37,8	48,1	49,2	48,2	46,5	49,4
	Erro padrão da média	2,9	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1
	Desvio padrão	12,2	17,9	18,1	17,5	17,3	18,0
	Mediana	38,1	47,8	49,3	48,1	46,2	49,5
	Mínimo	14,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Máximo	62,8	92,4	98,2	96,8	96,4	98,6
	Coefficiente de Assimetria	-0,1	-0,0	-0,1	-0,0	0,0	-0,1
Comp. Específico	Média	27,6	38,0	38,4	38,0	36,6	38,9
	Erro padrão da média	2,2	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0
	Desvio padrão	9,2	15,5	15,4	14,8	14,6	15,3
	Mediana	27,2	36,8	37,3	36,9	35,5	37,8
	Mínimo	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Máximo	46,0	88,5	92,5	95,5	92,8	95,5
	Coefficiente de Assimetria	-0,1	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3

Fonte: Relatório do INEP (INEP, 2018, p. 9).

Os dados de 2018 explicitam que os resultados da FCP foram mais baixos do que os divulgados na edição do ano de 2015. O resultado geral, com a média de 30,1 é o menor em comparação com os das instituições do Estado, da Região e do Brasil. Da mesma forma houve baixo rendimento na formação Geral e no componente específico, estando os números da faculdade abaixo de todos os valores comparativos.

Com base na análise das duas tabelas (Tabela 3 e Tabela 4), observa-se que, no resultado obtido em 2018, os indicadores tão baixos de desempenho e a expressiva queda da pontuação nos componentes geral e específico da prova em relação ao ano de 2015 sinalizam para a incoerência no processo de avaliação institucional.

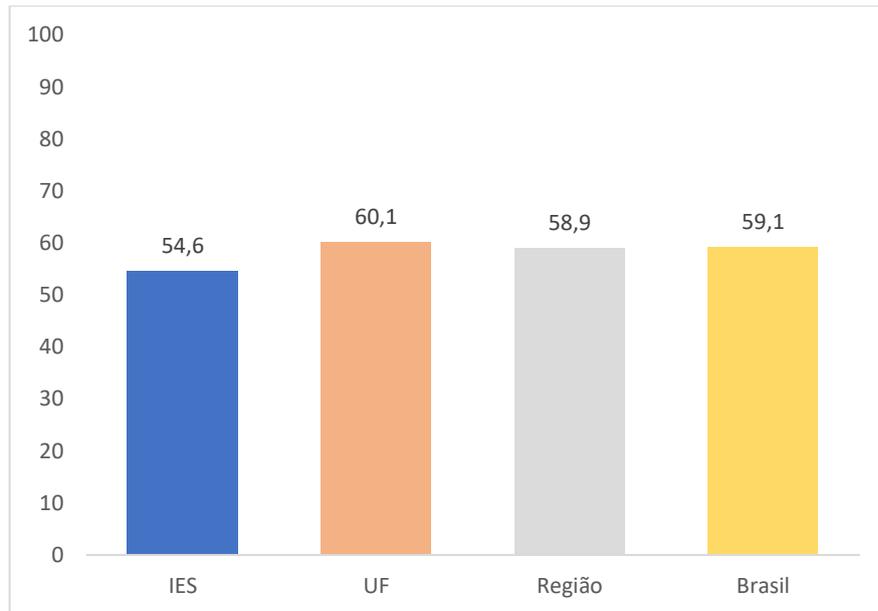
Na Tabela 5 apresenta-se uma síntese do desempenho dos acadêmicos da Faculdade do Cerrado Piauiense nos anos de 2015 e 2018. Os resultados mostram que em 2015 os acadêmicos tiveram razoável desempenho na formação geral, mas o desempenho no componente específico é baixo e gera um resultado geral insatisfatório. No ano de 2018 todos os indicadores foram inferiores ao exame anterior.

**Tabela 5**  
Síntese do desempenho acadêmico

	2015	2018
Resultado Geral	37,0	30,1
Formação Geral	54,6	37,8
Componente Específico	31,1	27,6

Fonte: elaborada pela autora.

A seguir, apresenta-se o desempenho do curso de Direito da FCP levando em conta a totalidade de estudantes da Área, na UF, na Grande Região em que estão incluídas e no Brasil. Na figura 1, são apresentadas as notas médias obtidas no Componente de Formação Geral.



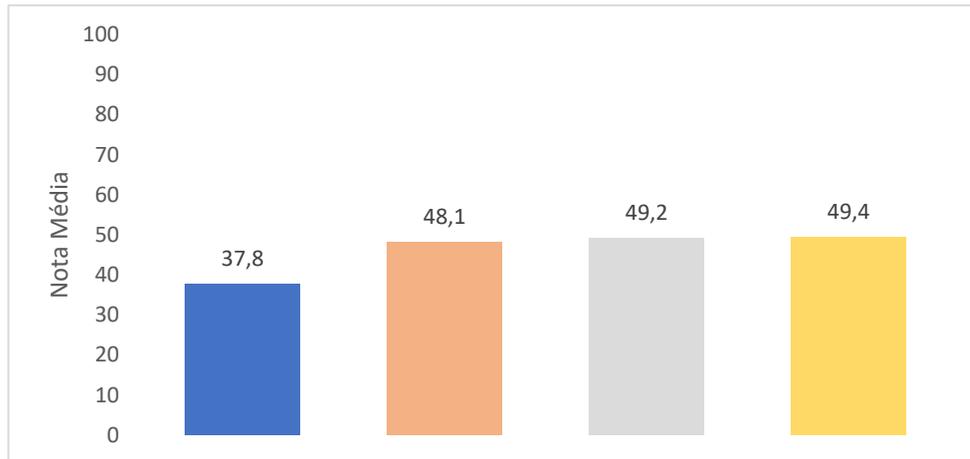
**Figura 1**

Média dos estudantes no Componente de formação Geral – Edição ENADE 2015

Fonte: Relatório INEP (INEP, 2015, p. 7).

Pode-se observar que, no Componente de Formação Geral no ano de 2015, a nota média dos concluintes na IES foi 54,6, na UF, 60,1, na Grande Região, 58,9 e no Brasil, 59,1.

No ano de 2018 a nota média dos concluintes no curso foi 37,8, na UF, 48,1, na Grande Região, 49,2 e no Brasil, 49,4, como se observa na Figura 2.

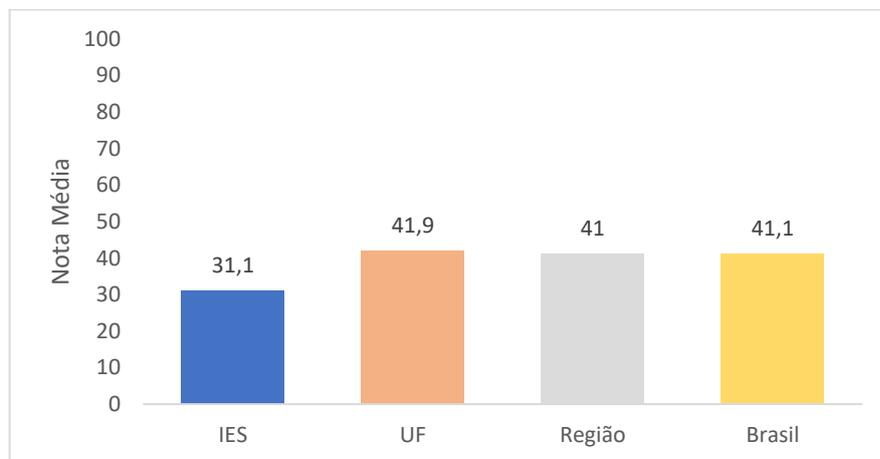


**Figura 2**

Média dos estudantes no Componente de Formação Geral – Edição ENADE 2018

Fonte: Relatório INEP (INEP, 2018, p. 10).

Para que se compreenda amplamente como se deu o desempenho dos alunos da Instituição em tela, apresentam-se as notas médias dos estudantes (concluintes) no Componente de Conhecimento Específico na prova, no ano de 2015, na Figura 3.



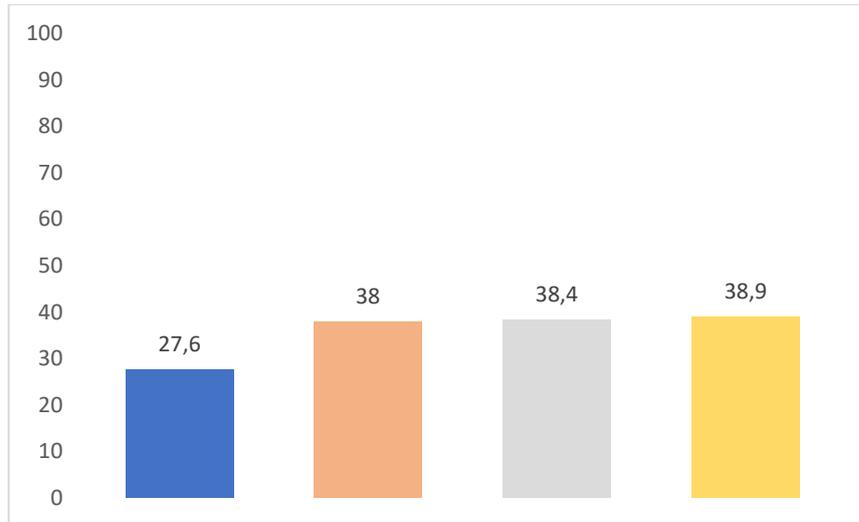
**Figura 3**

Média dos estudantes no componente específico – Edição ENADE 2015

Fonte: Relatório INEP (INEP, 2015, p. 7).

Dados do relatório de 2015 apresentam que, no Componente de Conhecimento Específico, a nota média dos concluintes na IES foi 31,1, na UF, 60,1, na Grande Região, 41,0 e no Brasil, 41,1. Como se vê, o resultado da FCP foi o mais baixo.

No mesmo componente, no ano de 2018, a nota média dos concluintes no curso foi 27,6, na UF, 38,0, na Grande Região, 38,4 e no Brasil, 38,9, como se nota na Figura 4.



**Figura 4**

Média dos estudantes no componente específico – Edição ENADE 2018

Fonte: Relatório INEP (INEP, 2018, p. 10).

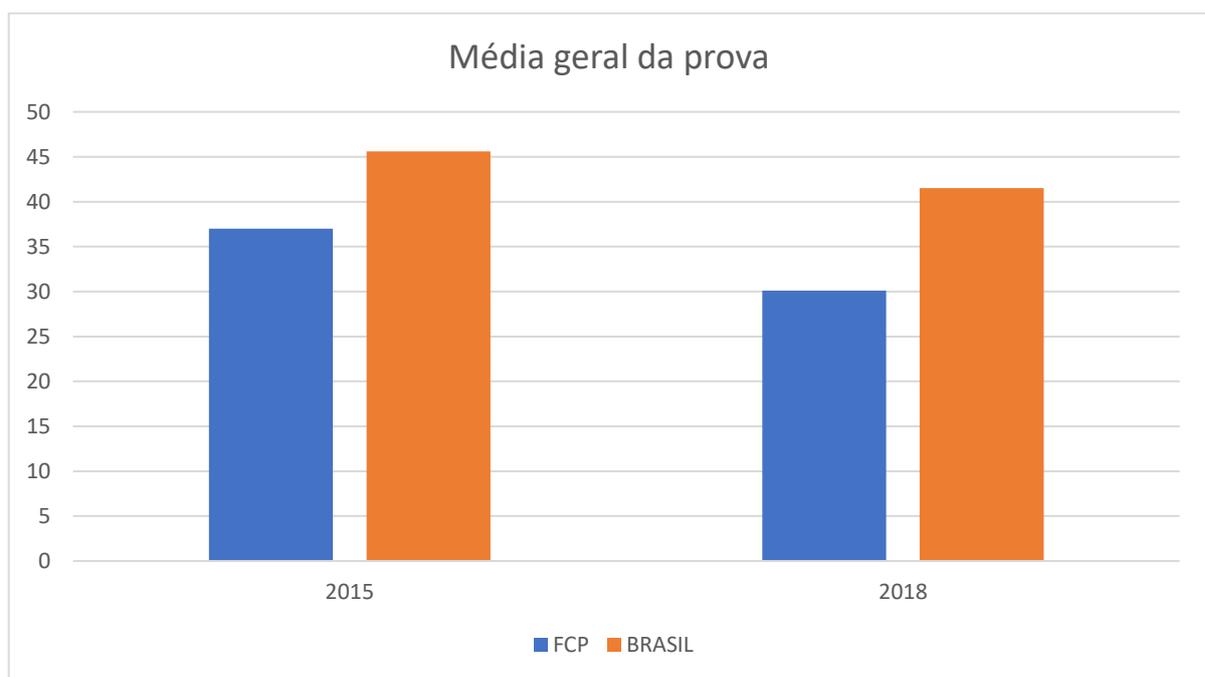
Nas edições de 2015 e 2018 a Faculdade do Cerrado Piauiense apresentou baixos conceitos no resultado do exame de desempenho acadêmico. Os resultados revelam que, na edição de 2018, todas as estatísticas apresentadas são menores que a edição anterior e o conceito 1 se revela abaixo de todas as expectativas da IES. Esses índices se contrapõem ao que preconiza o exame, que se propõe a avaliar, através do ENADE, a qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior.

#### **4.2 Impacto das notas das últimas provas do ENADE no processo de avaliação da Faculdade do Cerrado Piauiense**

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é um dos pilares da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Além do ENADE, os processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional constituem-se como o “tripé” avaliativo do SINAES; os resultados destes instrumentos avaliativos, reunidos, permitem conhecer, em profundidade, o modo de funcionamento e a qualidade dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES’s) de todo o país (Brasil, 2019).

As informações que consubstanciam os relatórios disponibilizados pelo INEP possibilitarão aos dirigentes das IES's uma visão ampla dos resultados do ENADE, gerados a partir da participação do conjunto dos cursos de sua IES. Da Faculdade do Cerrado Piauiense, em específico, os resultados são relativos ao curso de Bacharelado em Direito que apresenta, como dito anteriormente, índices insatisfatórios nos exames de 2015 e 2018.

Apresenta-se o desempenho do curso da FCP comparado ao desempenho dos estudantes de cada área correspondente, avaliada no Brasil nas edições de 2015 e 2018 como um todo. Na Figura 4 pontuou-se a média geral na prova (para concluintes), na Figura 5, as obtidas no Componente de Formação Geral e, na Figura 6, consideram-se as médias no Componente de Conhecimento Específico das áreas.



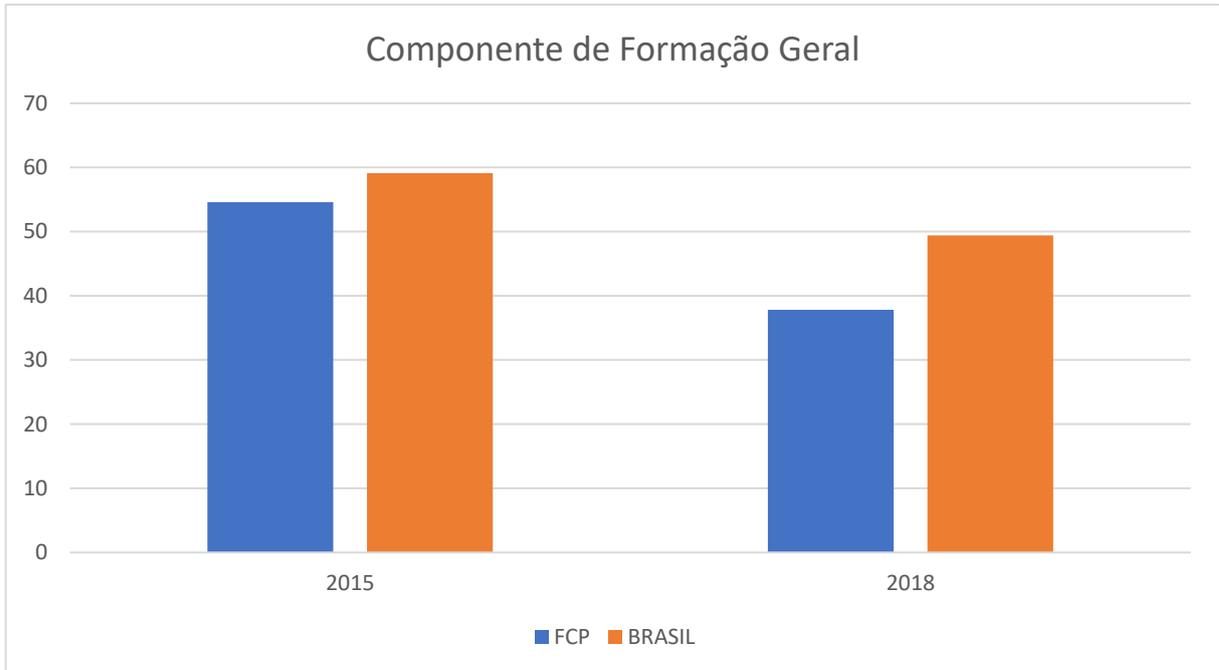
**Figura 5**

Média geral da prova

Fonte: elaborado pela autora (2022), com base nos dados do INEP (2015 e 2018).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes avalia o rendimento dos concluintes da graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, bem como o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Essa

avaliação se direciona para cumprir o entendimento de, através da aplicação do exame, verificar a qualidade dos cursos e das instituições. A média geral apresentada nas duas edições não corresponde a um resultado de conceito que seja satisfatório, como se vê na Figura 6.



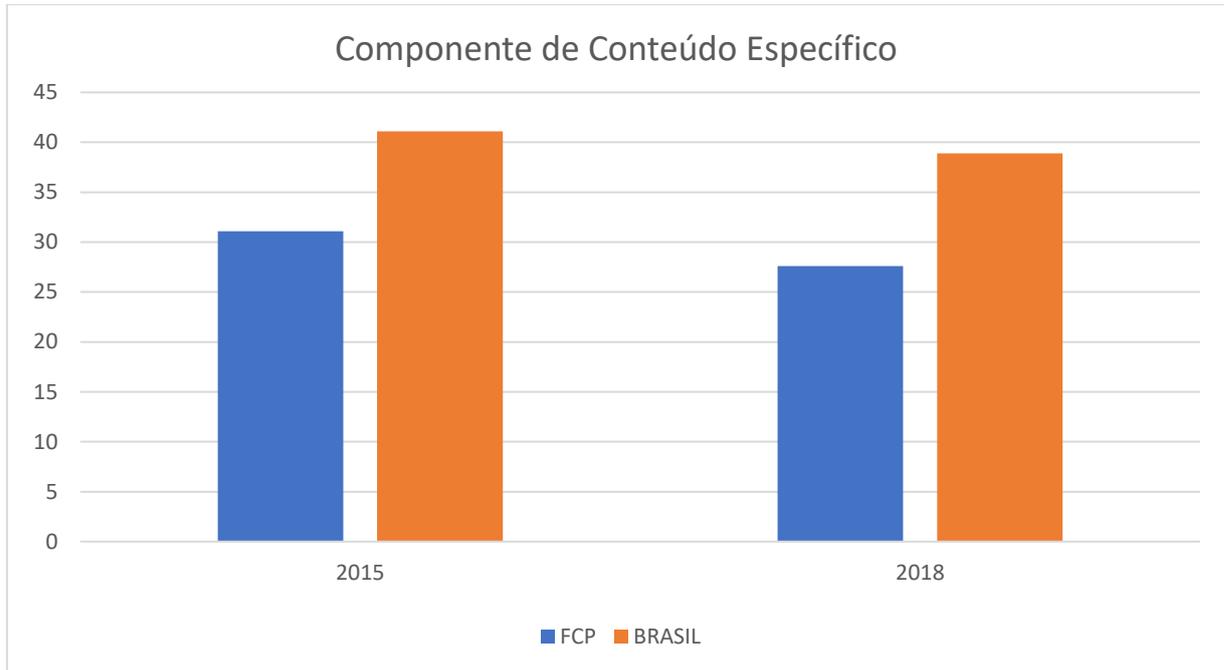
**Figura 6**

**Componente de Formação Geral**

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do INEP (2015 e 2018).

Foi citado anteriormente que, no componente de Formação Geral, a prova do ENADE é composta de 10 (dez) questões, sendo 2 (duas) discursivas e 8 (oito) de múltipla escolha, que envolvem situações-problema e estudos de caso. A prova de Formação Geral tem a concepção dos seus itens balizada pelos princípios dos Direitos Humanos e, nas questões discursivas, são avaliados aspectos como clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, utilização de vocabulário adequado e correção gramatical do texto.

Com base no resultado disponível no relatório do INEP observa-se que os aspectos avaliados não correspondem às expectativas institucionais de uma nota que seja minimamente satisfatória. A comparação das duas edições demonstra que os índices da faculdade são mais baixos do que os de todas as IES's que participaram do exame, como se observa na Figura 7.



**Figura 7**

Componente de Conteúdo específico

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do INEP (2015 e 2018).

Na parte de componente específico de cada área de avaliação, a prova é composta 30 (trinta) questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, que também envolvem situações-problema e estudos de caso. Na figura 7 observamos que, em se tratando do componente de conteúdo específico, os acadêmicos da FCP tiveram rendimento menor que o de formação geral.

Quando apresentados os gráficos comparativos, pode-se perceber que as médias são decrescentes para o resultado obtido pela FCP e para as médias das instituições no Brasil. Na edição de 2018 o desempenho acadêmico é o mais baixo em todas as áreas. Nota-se que o melhor resultado, comparando as duas edições, se dá no componente de formação geral, que em 2015 a Faculdade do Cerrado Piauiense atingiu 54,6 de média, posto que a das instituições no Brasil foi de 59,1. Os números apresentados demonstram que a IES deve rever os seus projetos e a sua política de avaliação institucional, considerando que os conceitos estão abaixo do índice de classificação satisfatória.

O processo de avaliação de uma IES, entretanto, não está compreendido apenas em torno do ENADE. Segundo Brito (2008), a Lei do SINAES estabelece que serão os resultados da avaliação de instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes que se constituirão como o referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Assim acrescenta-se que, no ano de 2014, a FCP protocolou processo de credenciamento institucional, através do processo nº 201408218 e, para fins de acompanhamento desse documento e para supervisão, a Instituição recebeu, em 2015, uma comissão para avaliação *in loco*, como preconizam os processos regulatórios instituídos pelo MEC. O relatório apresentado pelos avaliadores atribuiu o conceito final satisfatório 3, mas foram identificados 3 conceitos insatisfatórios inferiores a 3, equivalentes ao referencial mínimo de qualidade: Eixo 3 - Políticas Acadêmicas, Eixo 4 - Políticas de Gestão e Eixo 5 - Infraestrutura Física. A Tabela 6 resume os conceitos por eixos.

**Tabela 6**  
Conceitos por Eixo - FCP

EIXOS	Conceitos
1. Planejamento e Avaliação Institucional	3,4
2. Desenvolvimento Institucional	3,0
3. Políticas Acadêmicas	2,4
4. Políticas de Gestão	2,5
5. Infraestrutura Física	2,5
Conceito Final	3,0

Fonte: elaborado pela autora, com base nos relatórios dos avaliadores.

Posteriormente, em razão dos conceitos insatisfatórios, foi proposto celebração de protocolo de compromisso em que a Instituição pôde apresentar ações que visassem a melhorias nos eixos apontados. Para acompanhamento do protocolo, foi instituída uma comissão com representantes do núcleo gestor da IES.

Sobre dados como esses, Griboski (2012) destaca que

as informações resultantes do processo de avaliação subsidiam a tomada de decisão dos gestores sobre mudanças necessárias no curso, como a revisão de currículos, de projetos e de programas que venham a incidir em novas práticas e em tecnologias educacionais aplicadas à necessária formação do estudante (Griboski 2012, p. 52).

Desse modo, pontue-se que, de fato, deveria haver, na IES em tela, uma mudança de postura frente aos resultados obtidos nos dois últimos exames do ENADE.

### **4.3 Nível de conhecimento dos acadêmicos da Faculdade do Cerrado Piauiense sobre o ENADE e a importância da nota alcançada pela IES**

Para Paiva (2008), a implementação de políticas públicas de avaliação no ensino superior gera diversas discussões; contudo, o autor afirma que esta avaliação irá garantir o sucesso e a própria manutenção das políticas adotadas. No que se refere à avaliação do desempenho acadêmico, o autor afirma ainda que bons resultados dependem do comprometimento dos envolvidos, e, principalmente, dos estudantes. Para se analisar o nível de conhecimento dos acadêmicos acerca da prova do ENADE, para esta pesquisa, eles responderam a um questionário com 13 questões.

Considerando uma amostra composta por 72 estudantes respondentes de um questionário que visava à avaliação das perspectivas desses acadêmicos em relação ao conhecimento e aplicação do ENADE, apresentam-se, nesta seção, os resultados obtidos.

Após a coleta, os dados foram considerados de acordo com as técnicas sugeridas por Bardin (2011), e, assim, realizadas as análises de conteúdo, categorização, agrupamento, quantificação, inferência e exposição dos dados por meio de gráficos e tabelas, apresentados a seguir.

#### **4.3.1 Período letivo 2022.2**

A pesquisa sobre o nível de conhecimento dos acadêmicos acerca da prova do ENADE foi realizada no início do segundo semestre letivo de 2022. A Faculdade do Cerrado Piauiense oferta o curso de Bacharelado em Direito, contando com 5 (cinco) turmas neste período. Na Tabela 7 apresenta-se a quantidade de alunos matriculados no semestre, por turma, e o quantitativo de respondentes ao questionário da pesquisa.

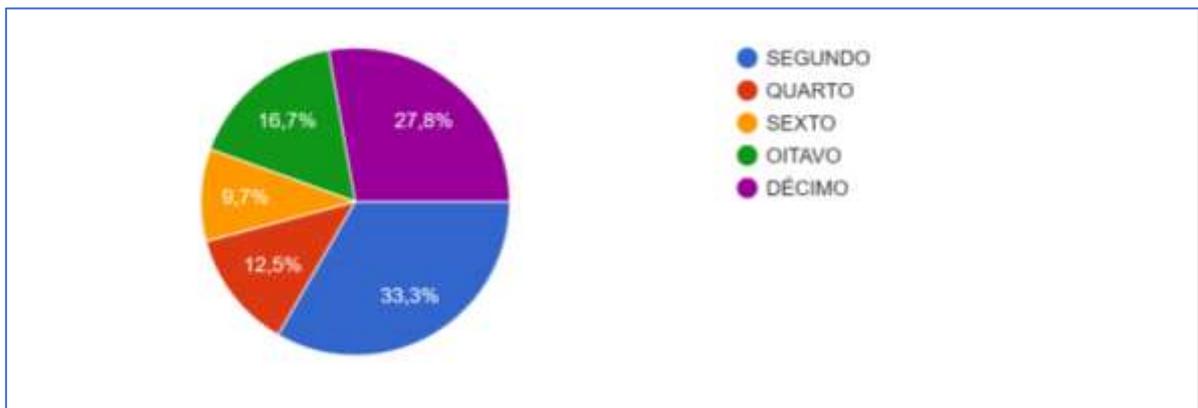
**Tabela 7**

Quantidade de alunos matriculados no período letivo 2022.2 e que responderam à pesquisa.

Turma	Quantidade de alunos matriculados	Quantidades de alunos que responderam à pesquisa
2º Período	29	24
4º Período	20	09
6º Período	24	07
8º Período	26	12
10º Período	31	20

Fonte: elaborado pela autora.

No questionário foi solicitado que os alunos informassem o período em que estavam matriculados e como resultado segue o gráfico abaixo.

**Figura 8**

Período em que os participantes da pesquisa estão matriculados

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Tendo em vista esses dados, percebe-se que houve uma maior participação dos acadêmicos matriculados no segundo, período com um total de 33,3% de respostas a este questionamento. Os acadêmicos do sexto período tiveram a menor participação neste primeiro item do questionário, com 9,7 % do total.

#### **4.3.2 Definição e realização do ENADE**

Para Verhine et al. (2006), além do caráter regulador semelhante ao Provão, o ENADE seria um instrumento de avaliação para o diagnóstico de competências e habilidades adquiridas ao longo do curso, integrando a percepção do aluno sobre a instituição e sobre questões gerais, não restritas ao conteúdo específico. Nesse sentido, seria um

instrumento de avaliação mais abrangente e complexo devido a esse caráter mais amplo.

A prova do ENADE é composta de 10 questões de formação geral, que tem como objetivo investigar competências, habilidades e conhecimentos gerais que os estudantes já tenham desenvolvido no seu repertório. Há também 30 questões de conteúdo específicos que contemplam as particularidades de cada curso, tanto no que diz respeito ao domínio dos conhecimentos quanto às habilidades esperadas para o perfil profissional. O ENADE acontece anualmente, sendo dividido em grandes áreas que se repetem a cada três anos.

Na Tabela 8 apresentam-se os resultados, quanto ao questionamento sobre a definição e a estrutura da prova do ENADE e, com base no que se tem conhecimento sobre o exame, se há, por parte dos alunos, segurança para a realização da prova.

**Tabela 8**  
Definição e Estrutura da prova do ENADE

Pergunta	SIM	NÃO
Você sabe o que é o ENADE e de que forma ele é realizado?	88,9 %	11,1%
Sobre a estrutura da prova do ENADE, você sabe como ela é composta?	54,2%	45,8%
A prova do ENADE, sendo aplicada agora, você se sente seguro para realizá-la	34,7%	65,3%

Fonte: dados da pesquisa.

Uma das perguntas feitas aos acadêmicos abordou sobre a definição do ENADE e sobre a forma como ele é realizado. Do total de participantes, 88,9 % informam que sabem o que é o Exame e conhecem sobre os procedimentos de realização dessa prova.

Outro questionamento levado aos discentes foi sobre a estrutura da prova do ENADE. Tem-se que 54,2% dos respondentes afirmaram que tem conhecimento de como o exame está estruturado. Esse resultado se distancia da primeira questão quando há percentuais distintos para perguntas complementares. Sobre a definição e realização do exame, apenas 11,1% dos acadêmicos afirmaram que não sabem, posto que 45,8% colocam não conhecer a estrutura apresentada na prova.

Considerando que os percentuais apresentados sobre como é definido o ENADE e a forma pela qual ele se estrutura, avaliamos que os percentuais são de índices que demonstram que há uma cultura na IES de discussões sobre como se organiza esse exame de desempenho. Assim, também foi questionado aos acadêmicos sobre como eles se sentem para, em dado momento (tempo presente), participarem da realização da prova. Nesse item o resultado foi de que 34,7% dos participantes afirmaram que não se sentiam seguros para realizar a prova nesta edição de 2022.

#### ***4.3.3 Estratégias específicas para a realização do ENADE***

O desempenho dos discentes tem sido mais discutido em pesquisas nos últimos anos. Considera-se que tal fato vem ocorrendo especialmente devido à cobrança por parte do governo gerada a partir da implementação de ações com a finalidade de acompanhar e avaliar a qualidade dos cursos de graduação, o que por sua vez, gera nas instituições de ensino a busca por melhores resultados (Wilson, 2002).

No Brasil tem-se o ENADE como um dos instrumentos utilizados no processo de avaliação do ensino superior. Dessa forma, ao se pesquisar questões inerentes aos resultados provenientes desse exame torna-se imprescindível a discussão sobre fatores que afetam o desempenho acadêmico.

Dentro desta perspectiva cabe às instituições pensarem, dentro do projeto ensino, ações que visem melhorar o desempenho dos acadêmicos, além de iniciativas que complementem as dimensões que envolvem o processo avaliativo. Todos os movimentos devem colaborar coletivamente para que se cumpram as demandas que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para os acadêmicos da FCP foi questionado sobre o conhecimento de alguma estratégia específica que fosse voltada para a realização da prova do ENADE. Como resultado, 52,8% dos alunos não têm conhecimento sobre ações dessa natureza. Um total de 47,2% afirmou conhecer alguma ação sobre isso.

Ainda sobre as estratégias desenvolvidas questionamos sobre a participação dos acadêmicos, que nos responderam que 62,5% não estão envolvidos em nenhuma

ação e 37,5% participam de projetos institucionais que estejam voltados para a preparação da prova do ENADE.

Outro ponto levantado no questionário trata do conhecimento sobre ações que foram desenvolvidas a partir dos resultados das edições realizadas em 2015 e 2018, respectivamente. Nota-se que, neste item, os acadêmicos demonstram, através de 56,9% das respostas, que não conhecem ações que foram propostas a partir dos resultados dos exames em anos anteriores.

A Tabela 9 apresenta uma síntese desses resultados.

**Tabela 9**

Estratégias específicas para a realização do ENADE

Pergunta	SIM	NÃO
Você tem conhecimento de alguma estratégia específica da Faculdade que seja voltada para a realização da Prova do ENADE ?	47,2%	52,8%
Você participa de alguma estratégia específica da Faculdade que seja voltada para a realização da Prova do ENADE?	37,5%	62,5%
Você tem conhecimento de alguma estratégia específica da Faculdade que tenha sido definida a partir das notas do ENADE nas edições anteriores?	43,1%	56,9%

Fonte: dados da pesquisa.

Levando em consideração a importância do envolvimento dos acadêmicos no Exame em tela, foi solicitado, por meio de uma questão aberta, que os discentes apresentassem sugestões de mudanças que acreditassem que deveriam ser implantadas no curso a partir dos resultados já conhecidos de edições anteriores do ENADE. Depois de realizada a análise de conteúdo, as principais ações foram agrupadas e quantificadas, a fim de identificar a sua representatividade, como apresentado na Tabela 10.

**Tabela 10**

Mudanças no curso a partir do resultado do ENADE

Principais mudanças no curso a partir do resultado do ENADE <b>Mudanças</b>	Número de vezes citados	%
Ações desde o início do curso	02	2,78%
Qualificação Docente	05	6,94%
Mudanças nas metodologias de Ensino	18	25%
Cursos / Projetos de Extensão	05	6,94%
Melhoria na qualidade de ensino	04	5,55%
Envolvimento coletivo	06	8,33%
Comunicação Interna	12	16,66%

Curso Preparatório para OAB	06	8,34%
Não soube citar	14	19,45%

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se, através das respostas, que a faculdade têm o potencial de influenciar direta ou indiretamente alguns desses fatores através do processo de autoavaliação institucional, seja na contratação de professores qualificados ou na qualificação do corpo docente que integra a IES, proporcionando as condições pedagógicas e de estrutura física que sejam favoráveis. Essas ações influenciam positivamente os resultados futuros no ENADE.

#### ***4.3.4 Divulgação dos resultados e a implicação deles para o acadêmico e para a instituição***

No questionário aplicado aos acadêmicos, foi perguntado se a faculdade divulga os resultados obtidos pelas turmas que realizaram a prova do ENADE e se eles sabem, qual a implicância para sua vida estudantil e profissional e para a própria instituição desses resultados.

Quando questionados sobre a divulgação dos índices, os acadêmicos responderam que 79,2% tomam conhecimento dele através de comunicação da faculdade. Um total de 20,8% desconhece essa informação. O resultado mostra que a instituição se preocupa com a divulgação da performance da IES no Exame, embora não seja satisfatória, mas compreende que tornar público para a comunidade acadêmica os resultados podem motivá-los no com o comprometimento nas ações que visem melhorar este quadro.

O trabalho de comunicação interna na IES em pauta não busca atingir um estado de perfeição porque esse processo envolve vários fatores, o público, a intenção, a mensagem entre outros. Mas sendo fator essencial na organização, é necessário buscar continuamente o desenvolvimento do potencial comunicativo da FCP.

Assim, pode-se afirmar que a comunicação tem sido eficiente e o fruto dessa eficiência deixa claro para os acadêmicos que os resultados obtidos pelas provas do ENADE podem gerar consequências para os alunos e para a Faculdade. Questionados sobre

essa temática, 83,3% dos acadêmicos afirmam que sabem o que pode acontecer para os estudantes nos casos das notas insatisfatórias e 84,7% responderam que estão cientes sobre as implicações ruins dos maus resultados para a Instituição. Esses números estão ilustrados na Tabela 11.

**Tabela 11**

Divulgação dos resultados do ENADE e suas implicações

Perguntas	SIM	NÃO
A Faculdade divulga os resultados obtidos pelas turmas que realizam a prova do ENADE?	79,2%	20,8%
Você sabe qual a implicação de uma nota insatisfatória no Exame Nacional de Desempenhos dos Estudantes para os alunos?	83,3%	16,7%
Você sabe qual a implicação de uma nota insatisfatória no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para a Faculdade do Cerrado Piauiense?	84,7%	15,3%

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se, a partir dos resultados aos questionamentos, que, para melhorar o rendimento acadêmico, faz-se necessário um engajamento da Instituição, dos professores e dos alunos que podem atuar como protagonistas nos determinantes acima discutidos. No entanto, deve-se pontuar que outras estratégias não diretamente ligadas à formação discente também podem ser utilizadas pelas instituições que, assim como a FCP, de forma mais incisiva, buscam elevar a sua nota na avaliação.

Não foram identificadas muitas discussões sobre ações que são desenvolvidas pontualmente para melhorar o desempenho dos estudantes, mas muitas instituições elaboram estratégias para preparar seus alunos para o ENADE, devido aos resultados não satisfatórios obtidos no exame.

Pensar ações que visem a um processo de mudança, desde a preparação dos professores, ações concretas, investimento em recursos e infraestrutura conscientiza e motiva os alunos que, aos poucos, vão participando das diversas atividades propostas. Esse trabalho de alinhamento e de conscientização, mostrando a relevância que o resultado positivo ou negativo agrega para os acadêmicos e para a IES é um fator considerado pelo mercado de trabalho.

#### 4.4 Ações realizadas pela FCP para preparar os alunos para a prova do ENADE

As instituições de educação superior buscam ações para que possam atender às exigências dos órgãos reguladores mantendo o padrão de qualidade esperado na oferta de ensino. As ações devem ser articuladas e se desenvolver no plano institucional, compreendendo todas as dimensões propostas pelo SINAES.

Inicialmente é importante destacar o entendimento da equipe gestora sobre o papel da avaliação institucional compreendida entre a avaliação de curso, a autoavaliação e a realização de exames de desempenho. Nesta proposta de estudo cabe discutir as ações elaboradas e aplicadas para melhorar o rendimento dos alunos nas provas do ENADE, mas essa proposta visa intervenções que estejam interligadas a todos os núcleos atuantes da IES.

Sendo uma compreensão institucional, mas com enfoque pedagógico, realizaram-se, para este estudo, entrevistas com o Diretor Acadêmico e com o Coordenador do Curso de Direito para abstrair informações sobre medidas tomadas pela Instituição quanto à proposta de melhoria dos resultados obtidos nos exames anteriores. Observou-se que ambos os profissionais têm ampla experiência com gestão de cursos, sendo que o Diretor acadêmico informou que há 14 anos está à frente de atividades ligadas à gestão institucional, e o coordenador, há 5 anos.

Esses gestores foram também questionados sobre os impactos das notas nas últimas provas do ENADE e, a partir desses resultados, quais seriam as ações realizadas para preparar melhor os acadêmicos. Na Tabela 12 apresenta-se uma síntese dessas informações.

**Tabela 12**

Ações sugeridas para melhorar o desempenho dos estudantes

GESTOR	Impacto das últimas provas do ENADE	Ações para informar e preparar os alunos para a prova do ENADE
Coordenador do Curso	Nosso aluno fica impedido de participar de certas seleções que envolvem o conceito da nota do ENADE da IES como pré-requisitos da seleção; a imagem da IES fica negativa aos alunos da comunidade externa; A IES fica	Desde 2021 são feitas ações como: curso de extensão Universitária de interpretação de textos jurídicos; simulados com testes anteriores do ENADE; flexibilização nas

	condicionada a limitações impostas pelo próprio sistema da Educação.	aulas; flexibilização nas formas de avaliações a fim de não sobrecarregar a turma que fará o ENADE 2022 para que possam melhorar o desempenho e dedicação ao projeto Pró-ENADE da IES; aulas de reforço semanal referentes às disciplinas que tiveram o menor índice de aproveitamento nos resultados dos simulados do ENADE.
Diretor Acadêmico	O impacto foi bastante intenso e de forma preocupante, tendo em vista que o processo de avaliação leva em conta a nota do ENADE. Esses resultados de baixo desempenho na prova do ENADE ocasionando notas baixas fizeram com que a Instituição tomasse diversas providências para que houvesse uma melhora no desempenho dos alunos que são submetidos à prova do ENADE no ano de 2022.	Foi criado um projeto denominado PROENADE que reúne várias ações, como: curso de interpretação e produção de textos jurídicos, palestras e apresentação de painéis sobre os temas contemplados nas provas do ENADE, aulas de reforço dos temas do Exame, simulados com questões de provas anteriores e inserção de questões para resolução e discussão nas disciplinas regulares do curso.

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que os gestores foram enfáticos ao apresentar os motivos pelos quais a nota do ENADE, nas últimas edições, tenha impactado no processo de avaliação da FCP. Apresentam, também, ideias similares quando questionados sobre as ações desenvolvidas para melhorar o desempenho dos acadêmicos na edição de 2022. Destaque-se, no contexto, a relevância de um projeto especial, o PROENADE, que passou a ser instituído na faculdade alvo desta pesquisa.

Além das ações que estão sendo desenvolvidas, e considerando que os gestores estão diretamente ligados aos docentes e acadêmicos, foi questionado a eles sobre sugestões que pudessem acrescentar para melhorar o desempenho dos acadêmicos e os índices relativo ao ENADE.

Como sugestão, o diretor acadêmico pontuou:

As ações que já foram implementadas no Projeto PROENADE e também a inserção desde as turmas iniciantes de questões do ENADE para resolução e discussão, familiarizando os estudantes com o tipo de questão que as provas do Exame contemplam, bem como aulas de reforço para que os temas sejam revisitados pelos estudantes, e por fim, realização de simulados para que seja normalizada a resolução desse tipo de questão em tempo definido para a prova.

Colaborando com as sugestões, o coordenador do curso apresentou:

Por se tratar de algo que depende do interesse e dedicação do aluno, é complicado oferecer mais sugestões do que as que já estão em execução. Porém, recomenda-se muito o diálogo com a turma, muitos incentivos (que podem vir a ser várias situações, desde pontos avaliativos a outras premiações), pois uma coisa é certa, o aluno quer receber algo da IES em troca dessa dedicação extra. Embora saibam sobre a importância do ENADE para a vida acadêmica, eles sabem que para eles, bastam comparecer e fazer o teste, não serão penalizados, independentemente de sua nota avaliativa, mas e a IES? Eles sabem que a IES precisa mais deles do que eles dela, e que por isso sempre propõem uma forma de compensação. Cabe a IES estar de braços abertos para as devidas negociações dentro do que for possível.

Como citado pelos gestores da faculdade, em face dos resultados insatisfatórios, elaborou-se o Projeto PROENADE, que tem sido desenvolvido, principalmente com a turma concluinte, e que traz como objetivo principal melhorar a qualidade de ensino oferecido na FCP. Quando se traz o objetivo geral proposto, neste Projeto, vale pontuar que seu processo é mais amplo porque envolve todas as ações de ensino da faculdade, mas essas têm sido conduzidas de forma coletiva e com objetivos bem definidos.

Com a aplicação do PROENADE espera-se:

- Melhorar a operacionalização das propostas Pedagógicas dos cursos;
- Desenvolver mecanismos de acompanhamento da execução dos Projetos Pedagógicos dos cursos;
- Possibilitar ao curso de Direito alcançar nota 4 no ENADE 2022.
- Realizar avaliação diagnóstica do desempenho dos alunos do último ano do curso, tomando como referência a proposta curricular do curso e a matriz de habilidades do ENADE e os modelos de provas de anos anteriores;
- Desenvolver ações de recuperação de aprendizagem em áreas específicas e de formação geral paralelas ao processo ensino aprendizagem, tendo como base os resultados dos diagnósticos realizados.

Para alcançar os objetivos citados, o PROENADE propõe ações e atividades que são desenvolvidas ao longo dos semestres letivos. Na Tabela 13 apresenta-se o que tem

sido desenvolvido pela equipe pedagógica da IES frente à proposição apresentada pela Comissão Própria de Avaliação da FCP.

**Tabela 13**

Ações da equipe pedagógica

AÇÕES	ATIVIDADES
Avaliação da articulação da proposta pedagógica de cada curso com as diretrizes nacionais e as habilidades previstas na matriz do ENADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontro do coordenador com NDE (Núcleo Docente Estruturante) para compatibilização da proposta curricular com a matriz do ENADE disponível;</li> <li>- Reunião para orientação dos professores para alterações necessárias nos planos;</li> <li>- Análise dos planos pelo Coordenador e NDE após o trabalho realizado;</li> <li>- Reuniões com alunos concluintes do curso de Direito sobre as características da prova do ENADE.</li> </ul>
Implementação de melhoria na operacionalização da proposta pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento das aulas pelos coordenadores de curso, especialmente nas turmas que serão avaliadas em 2022;</li> <li>- Orientação individualizada sobre o Projeto Pedagógico da FCP para professores que necessitem melhorar sua atuação didático-pedagógica;</li> <li>- Formação de professores em metodologias ativas de ensino, prevista no Programa de formação continuada de professores da FCP.</li> </ul>
Avaliação sistemática da aprendizagem tendo como referência o estabelecido no Regimento Geral da FCP e o modelo adotado pelo ENADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de Encontro de formação sobre Instrumentos de avaliação;</li> <li>- Definição de critérios de avaliação de trabalhos escritos e apresentações orais;</li> <li>- Monitoramento da qualidade da elaboração dos testes escritos aplicados no curso.</li> </ul>
Realização de avaliação diagnóstica do desempenho dos alunos do curso tomando como referência a matriz de habilidades do ENADE e os modelos de provas de anos anteriores.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar testes simulados de formação geral;</li> <li>- Realização de análise pedagógica dos resultados identificando pontos fracos e fortes;</li> <li>- Realização de acompanhamento do progresso do aluno, identificando as necessidades de adoção de medidas de intervenção para sanar as dificuldades evidenciadas;</li> <li>- Divulgação nas reuniões com representantes de turma sobre a importância do ENADE, os resultados do processo de ensino e aprendizagem e as intervenções a serem adotadas.</li> </ul>
Orientação para todos os alunos habilitados sobre o preenchimento do questionário do aluno	<ul style="list-style-type: none"> <li>- orientações individualizadas a cada aluno, quando necessário.</li> </ul>
Realização de reforço dos temas de formação geral, tendo em vista a formação do aluno crítico, reflexivo e transformador de sua realidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização do Ciclo de palestras conforme resultados avaliação</li> <li>- promoção de ciclo de palestras que contemplem os conteúdos de formação geral.</li> </ul>
Divulgação do ENADE (agenda e demais informações) aos alunos, professores e técnicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontro de formação com professores, coordenadores, CPA e pessoal técnico-administrativo para sensibilização acerca do Exame;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientar criação de link com a página do ENADE, para estimular a consulta pelos alunos;</li> <li>- Organizar informações essenciais para a compreensão do processo de avaliação do ENADE e oferecer suporte para a formação geral.</li> </ul>
<p>Orientar realização do cadastramento eletrônico dos alunos conforme normas e cronograma do ENADE; Divulgação dos alunos selecionados para realização do exame; Divulgação para alunos dos locais de prova</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientar cadastro de alunos;</li> <li>- Orientação e acompanhamento do preenchimento de questionário do aluno.</li> </ul>
<p>Acompanhamento através de relatórios periódicos dos resultados das ações de preparação para o ENADE inclusive das medidas de recuperação da aprendizagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produzir relatório e realizar reunião com direção e equipes pedagógicas, técnico- administrativas e CPA para discutir os efeitos, falhas no processo e realizar os devidos encaminhamentos.</li> </ul>

Fonte: dados da pesquisa (2022).

## 5 Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar a percepção dos acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense com a prova do ENADE e os impactos dos resultados para a Instituição nos últimos exames realizados. O estudo é motivado pela necessidade de se compreender como os alunos veem o ENADE e assim, redefinir o seu planejamento institucional e as ações que conduzem para a realização do exame.

Nesse sentido, através das bibliografias investigadas e dos documentos analisados, percebeu-se que o tema proposto evoluiu gradativamente e permitiu que as instituições, através dos processos de avaliação, construíssem conhecimento sobre a sua própria realidade, buscando compreender suas potencialidades e demandas necessárias de melhoria para ofertar com qualidade o ensino primado na educação superior.

Para responder o questionamento levantado na pesquisa, foi traçado como objetivo geral analisar as implicações dos resultados das provas do ENADE, nas edições dos anos de 2015 e 2018, para a gestão da Faculdade do Cerrado Piauiense. Para subsidiar essa análise, pontuaram-se como objetivos específicos: discutir os índices alcançados pela Faculdade do Cerrado Piauiense nas últimas edições do ENADE; identificar o impacto das notas das últimas provas do ENADE no processo de avaliação da FCP; mensurar o nível de conhecimento dos acadêmicos da Faculdade do Cerrado Piauiense sobre o ENADE e sobre a importância da nota alcançada pela IES; Identificar as ações realizadas pela FCP para informar e preparar seus alunos para a prova do ENADE.

Os referenciais teóricos se pautaram nos temas relacionados a fim de ampliar a compreensão do que foi proposto na pesquisa. Assim, construiu-se o referencial a partir de um estudo histórico da evolução do ensino superior no Brasil e a construção gradativa do processo de avaliação institucional com foco na Lei do SINAES e com ênfase na realização do ENADE. Também foi realizada uma análise documental dos relatórios do curso e da IES com a apresentação dos resultados do ENADE nos anos de 2015 e 2018. Além disso, para buscar outros elementos que pudessem responder

ao questionamento da pesquisa, foi aplicado um questionário aos acadêmicos do curso e uma entrevista com dois gestores da Instituição.

A análise documental mostrou que a FCP apresentou baixos rendimentos nas duas últimas edições do ENADE, sendo que na edição de 2018 atingiu o conceito 1. Esse índice gera impactos negativos para a Faculdade porque demonstra que não houve um envolvimento para que se mantivesse, pelo menos, o índice 2 que foi obtido no ano de 2015. No processo avaliativo espera-se que os conceitos sejam crescentes e nas duas provas o resultado esteve abaixo da expectativa, o que exprime o baixo desempenho dos acadêmicos no Exame.

Com base nos questionários e nas entrevistas aplicados, percebe-se que há uma compreensão sobre os conceitos do ENADE e sobre realização desse processo e, principalmente, há um entendimento sobre os impactos que os resultados podem gerar para a trajetória do acadêmico e da Instituição. Na entrevista aplicada aos gestores, nota-se que há um projeto em desenvolvimento que visa melhorar o desempenho dos estudantes da IES na edição de 2022, denominado PROENADE.

O levantamento realizado contribuiu para que o problema levantado inicialmente fosse respondido, além de trazer uma percepção que enriquecerá o plano de desenvolvimento institucional. A partir dos dados levantados, demonstrou-se que o estudo é relevante para a instituição, já que apresenta, num recorte temporal, os dados e índices que foram obtidos no ENADE e a perspectiva de realização de um projeto concreto que ampliará a oferta de qualidade do ensino.

## **5.1 Contribuições gerenciais**

A oportunidade de estudar, analisar e avaliar demandas da Instituição em tela nesta dissertação permite um considerável crescimento pessoal e profissional ao passo que a pesquisa permite também um atrelamento à realidade vivenciada por muitas outras IES. Torna-se possível, assim, proporcionar ações que sejam capazes de, através da sua aplicabilidade, melhorar o projeto que se propõe na FCP, o PROENADE, bem como promover a possibilidade de ações semelhantes em outras IES's em que se

identifiquem as mesmas lacunas em cursos e resultados em exames de avaliação institucional.

Dada a complexidade do tema, cabe um minucioso estudo da literatura que o aborda para que as ações a serem efetivadas pelas IES's estejam pautadas no que requisita a legislação. Esse estudo deve abranger os setores que são responsáveis pela gestão da FCP, já que, baseado no que foi apresentado nessa dissertação, é um trabalho que demanda ações interligadas.

Dessa forma, compreende-se que é importante investir em formação continuada para que o estudo sobre as demandas em potencial das IES's sejam tratadas com o olhar para a gestão organizacional. Uma boa gestão se concretiza quando se conhecem a realidade, as fragilidades e se desenvolvem projetos e ações que visem melhorar o Projeto Institucional de uma instituição de ensino.

## **5.2 Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras**

Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se uma análise documental, a aplicação de questionário para os acadêmicos da Faculdade e uma entrevista com gestores da instituição em pauta neste texto. Atribui-se como limitação para esse estudo a complexidade do tema proposto, já que, para se conduzir a pesquisa com critério e qualidade, cabe delimitar um nicho de investigação. Outro aspecto que se pontua como limitante é a não participação de todos os acadêmicos que foram convidados a responder o questionário. Dos 130 convites, houve 72 respostas que foram metodologicamente analisadas para, através das suas análises, buscar responder os objetivos propostos.

Espera-se que as análises presentes nesta dissertação possam estimular a realização de novos estudos acadêmicos e que possam auxiliar não apenas a Instituição analisada, mas todos os gestores de instituições superiores privadas no país cujos índices nas provas do ENADE não sejam satisfatórios e assim promover ações com o intuito de sanar as lacunas encontradas no projeto pedagógico a fim de superar os índices das edições anteriores do exame avaliativo em questão.

Para isso são recomendados estudos após os resultados do ENADE 2022 com a intenção de se verificar se as ações aplicadas melhoraram a aprendizagem e, em consequência, os conceitos atribuídos à IES em foco nesta pesquisa.

Sugere-se, enfim, que outras IES's desenvolvam estudos dentro de suas carências em relação aos exames de avaliação de seus cursos e promovam outras ações com vistas ao aperfeiçoamento, não só das escolas, como também de seus discentes, elevando assim a qualidade dos cursos das instituições de ensino privadas no país.

## Referências

- Andrade, E. de C. (2011). Rankings em Educação: Tipos, Problemas, Informações e Mudanças: Análise dos Principais Rankings Oficiais Brasileiros. *Estudos Econômicos*, 41(2), 323-343.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (4a ed.). Tradução Reto, L. A., & Pinheiro, A.). Lisboa: Editora 70.
- Barreyro, G. B. (2003). Do Provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. *Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES*, Campinas, SP, 8(4), 37-49.
- Gatti, B. A. (2009). Avaliação e qualidade da educação. Recuperado de [www.anpae.org.br/congressos](http://www.anpae.org.br/congressos)
- Bertolin, J. C. G., & Marcon, T. (2015). O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. *Avaliação*, 20(1), 105-122.
- Bottoni, A.; Sardano, E. de J., & Costa Filho, G. B. da. (2013). Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. *Gestão universitária: os caminhos para a excelência*. Porto Alegre: Penso, 19-42. Recuperado de <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/116717767.pdf>
- Brito, M. R. F. de. (2008). O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, 13(3), 841-850.
- Cardoso, R. M., & Dias Sobrinho, J. (2014). A avaliação e educação no Brasil: avanços e retrocessos. *Série Estudos - Periódico do Programa de Pós-graduação em Educação da UCDB*, 37, 263-273.
- Decreto n. 6.096. (2007, 24 de abril). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm) Portaria
- Dias, J. S., & Oliveira, C. G. (2020). Avaliação da Educação Superior no Brasil: aspectos históricos e legais. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba – SP, 25(2), 238-256.
- Durham, E. R. (2009). A qualidade do ensino Superior. *Revista @ambienteeducação*, São Paulo, 2(1), 9-14.
- ENADE - Exame nacional de desempenho dos estudantes (2022). Edital nº 51, de 24 de junho de 2022. Publicado em: 27. jun. 2022. *ENADE*, Edição: 119, seção: 3, 62.
- Frizzo, M. (2003). A importância da avaliação institucional para a melhoria da qualidade de ensino - a experiência de uma instituição de ensino superior. *XXIII ENEGEP* - Ouro Preto, MG, Brasil. Disponível em [www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003)

- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183>
- Gomes, V, Taylor, M. L. M., & Saraiva E. V. (2018). O Ensino Superior no Brasil: breve histórico e caracterização. *Ci. & Tróp.* Recife, 42(1), 127 – 152.
- Griboski, C. M. (2012). O ENADE como indutor da qualidade da educação Superior. *Avaliação da Educação*, São Paulo, 23(53), 178-195.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019). Relatório de IES: Universidade Federal de Mato Grosso. *INEP*.
- Lei nº.9.394. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. MEC. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- Lei nº 10.861. (2004, 14 de abril). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Luckesi, C. C. (1991). Avaliação da aprendizagem escolar: apontamentos sobre a pedagogia do exame. *Tec. Educ.*, 20(101), 82 - 86.
- Luckesi, C. C. (2000). *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Martins, A. C. P. (2002). Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17, Suplemento 3, 1-3.
- Minayo, M. C. (1994). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Miranda, G. J. et al. (2013). Determinantes do desempenho acadêmico na área de negócios. *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade-(Enepq)*, 7.; 2013, Anais... Brasília, DF.
- Pacheco, E., & Ristoff, D. I. (2004). Educação superior: democratizando o acesso (Série Documental. Textos para Discussão). Brasília: *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*.
- Polidori, M. M. (2000). *Avaliação do ensino superior: uma visão geral e uma análise comparativa entre os contextos brasileiro e português*. (Tese Doutorado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, PT).
- Polidori, M. M.; Araújo, M. C., & Barreyro, B. C. (2006). Sinaes: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio, Aval. Pol. Publ. Educ*, Rio de Janeiro, 14(53), 425-436.
- Portaria n. 40. (2007, 12 de dezembro). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o

- Cadastro eMEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: *INEP/MEC*, 2007.
- REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (2016). O que é o Reuni. *REUNI*. Recuperado de <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>
- Ribeiro, R. M. C., Nogueira, E. A., Matias, Z. B., & Amorim, M. S. S. S. (2019). *História e Geografia de Corrente*. Curitiba: CRV.
- Rodrigues, A. de C., & Gontijo, T. S. (2019). Incorporando julgamentos de especialistas em educação na avaliação da eficiência de cursos de graduação: uma abordagem por *data envelopment analysis*. *Revista Gestão & Tecnologia*, 19(1), 113-139. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2019.v19i1.1380>
- Sampaio, H. (1991). Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). Documento de Trabalho 8/91. *Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo*.
- Santos, A. P., & Cerqueira, E. A. (2009). Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. *Anais do 9º Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
- Schwartzman, S. (2014). A educação superior e os desafios do século XXI: uma introdução. In: Schwartzman, S. *A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas: Unicamp.
- Sobrinho, J. D. (2008). Qualidade, Avaliação: do SINAES a Índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, 13(3), 817- 825.
- Sobrinho, J. D. (2010). Avaliação e Transformações da educação Superior Brasileira (1995-2009): Do Provão ao SINAES. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, SP, 15(1), 195-224.
- Teixeira, G. C. dos S.; Maccari, E. A. A., & Martins, C. B. (2016). Influence of regulation of CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) in strategic management of educational projects. *Revista Gestão & Tecnologia*, 16(2), 238 - 259. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2016.v16i2.951>
- Verhine, R. E.; Dantas, L. M. V., & Soares, J. F. (2006). Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior brasileiro. *Ensaio: avaliação e políticas públicas*, 14(52), 291-310, jul.-set.

## Apêndices

### Apêndice A - APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado(a) Acadêmico (a);

Você está sendo convidado a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Por isso, antes de concordar com sua participação e responder ao questionário, é muito importante a compreensão sobre o que trata a pesquisa e quais são os seus objetivos. Este questionário é destinado aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense.

**Título da pesquisa:** A percepção dos acadêmicos sobre a prova do ENADE e os impactos na gestão de uma Instituição de Educação Superior.

**Pesquisadora responsável:** Poliana Oliveira Nunes

**Professora orientadora:** Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães

Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo

**Objetivo do estudo:** Analisar as implicações dos resultados das provas do Enade, nas edições dos anos de 2015 e 2018, para a gestão da Faculdade do Cerrado Piauiense.

**Procedimento:** Sua participação na pesquisa se dará por meio da resposta ao questionário. Para efeito de apresentação dos resultados não serão utilizados os nomes dos participantes.

**Sigilo:** Todos os dados coletados na pesquisa serão categorizados, identificados e arquivados com a pesquisadora e posteriormente a apresentação da pesquisa serão eliminados, garantindo que não sejam utilizados em outra pesquisa, assim resguardando a privacidade dos atores e da IES pesquisada.

O ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) é aplicado trienalmente com o objetivo de avaliar a qualidade dos cursos superiores no Brasil.

## Apêndice B – Questionário aplicado aos acadêmicos

1- Qual o período que você está cursando na Faculdade do Cerrado Piauiense? \*

SEGUNDO  
QUARTO  
SEXTO  
OITAVO  
DÉCIMO

2 - Você sabe o que é o ENADE e de que forma ele é realizado? \*

SIM  
NÃO

3- Sobre a estrutura da prova do ENADE, você sabe como ela é composta? \*

SIM  
NÃO

4- A prova do ENADE sendo aplicada agora, você se sente seguro para realizá-la? \*

SIM  
NÃO

5- Você sabe a partir de qual período você pode ser inscrito para realizar a prova?

6- Você tem conhecimento de alguma estratégia específica da Faculdade que seja voltada para a realização da prova do ENADE? \*

SIM  
NÃO

Se a sua resposta for SIM, cite as estratégias.

7- Você participa de alguma estratégia específica da Faculdade que seja voltada para a realização da prova do ENADE? \*

SIM  
NÃO

9- A Faculdade divulga os resultados obtidos pelas turmas que realizam a prova do ENADE? \*

SIM  
NÃO

10- Você sabe qual a implicação de uma nota insatisfatória no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os alunos? \*

SIM  
NÃO

11- Você sabe qual a implicação de uma nota insatisfatória no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para a Faculdade do Cerrado Piauiense? \*

SIM  
NÃO

12- Você tem conhecimento de alguma estratégia específica da Faculdade que tenha sido definida a partir das notas do ENADE de edições anteriores? \*

SIM  
NÃO

13- Que mudanças você acredita que devem ser considerados no curso a partir do resultado do ENADE?

**Apêndice C – Entrevista realizada com os gestores (Diretor acadêmico e coordenador do Curso)**

- 1- Qual o cargo que você ocupa na Faculdade do Cerrado Piauiense?
- 2- Há quanto tempo você exerce atividades no núcleo gestor da FCP?
- 3- Você pode identificar o impacto das notas das últimas provas do ENADE no processo de avaliação da FCP?
- 4- Que ações são realizadas pela FCP para informar e preparar seus alunos para a prova ENADE?
- 5- Que sugestões de ações você apresentaria para melhorar o desempenho dos acadêmicos e os índices relativos ao ENADE?

## Apêndice D – Carta de Autorização para a pesquisa

Prezados Senhores,

Sou aluno do Mestrado Profissional em Administração da FPL Educacional e estou realizando uma pesquisa intitulada “A percepção dos acadêmicos sobre a prova do ENADE e os impactos na gestão de uma Instituição de Educação Superior privada”., sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a) Eloísa Helena Rodrigues Guimarães.

Para enriquecer o trabalho, faz-se necessária uma pesquisa de campo e, para tanto, gostaria de solicitar autorização, para aplicar questionário com os acadêmicos do Curso de bacharelado em Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense e uma entrevista com o Diretor Acadêmico e com o Coordenador do Curso.

Declaro que conheço e respeito os aspectos legais e éticos com relação à garantia da privacidade e confidencialidade das informações, e que essas informações não são de livre acesso ao público, sendo responsabilidade exclusiva do pesquisador manter essa privacidade.

Agradeço pela contribuição e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários (poliananunesfcp@hotmail.com) ou por telefone: (89) 99978-8073.

A identificação dos respondentes não é obrigatória e os dados considerados confidenciais pela empresa não serão divulgados.

Solicito considerar, ainda, a seguinte questão:

( X ) o pesquisador está autorizado a divulgação do nome da empresa em publicações que porventura se originarem da pesquisa.

( ) o pesquisador não está autorizado a divulgação do nome da empresa em publicações que porventura se originarem da pesquisa.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Sobral Cardoso Nogueira

Mantenedora – Sociedade de Ensino Superior do Sul do Piauí – SESSPI

## Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, **Cristiano Roberto Brasileiro da Silva Passos**, aceito livremente participar como entrevistado na pesquisa que visa à elaboração da dissertação “A percepção dos acadêmicos sobre a prova do ENADE e os impactos na gestão de uma Instituição de Educação Superior privada” para o trabalho de conclusão do Mestrado Profissional de Administração da Fundação Pedro Leopoldo, do mestrando Poliana Oliveira Nunes, orientado pela Profa. Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães. O objetivo dessa dissertação é analisar o nível de conhecimento dos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense com a realização da prova do ENADE e os impactos dos resultados para a instituição. Estou ciente de que a entrevista será aplicada através de um formulário do GoogleForms, e a transcrição preservará a identificação do entrevistado, sendo analisada de forma a garantir a confidencialidade, privacidade e anonimato, não correndo riscos de que minhas opiniões e ideias possam ser utilizadas contra mim. Estou ciente, também, de que posso recusar a participar ou retirar-me do projeto, em qualquer fase da pesquisa, sem que isso me traga alguma punição. Estou ainda ciente que se tiver qualquer reclamação contra o pesquisador posso procurar a Fundação Pedro Leopoldo, por meio da coordenação do Curso de Mestrado (sec.mestrado@fpl.edu.br) ou de sua Ouvidoria (ouvidoria@fpl.edu.br). Após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar desta pesquisa.

Corrente (PI), agosto de 2022

Assinatura de Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Eloísa Helena Rodrigues Guimarães

MPA/Fundação Pedro Leopoldo (eloisa.guimaraes@fpl.edu.br)

## Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, **Abgail Guerra Lemos Neto**, aceito livremente participar como entrevistado na pesquisa que visa à elaboração da dissertação “A percepção dos acadêmicos sobre a prova do ENADE e os impactos na gestão de uma Instituição de Educação Superior privada” para o trabalho de conclusão do Mestrado Profissional de Administração da Fundação Pedro Leopoldo, do mestrando Poliana Oliveira Nunes, orientado pela Profa. Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães. O objetivo dessa dissertação é analisar o nível de conhecimento dos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade do Cerrado Piauiense com a realização da prova do ENADE e os impactos dos resultados para a instituição. Estou ciente de que a entrevista será aplicada através de um formulário do GoogleForms, e a transcrição preservará a identificação do entrevistado, sendo analisada de forma a garantir a confidencialidade, privacidade e anonimato, não correndo riscos de que minhas opiniões e ideias possam ser utilizadas contra mim. Estou ciente, também, de que posso recusar a participar ou retirar-me do projeto, em qualquer fase da pesquisa, sem que isso me traga alguma punição. Estou ainda ciente que se tiver qualquer reclamação contra o pesquisador posso procurar a Fundação Pedro Leopoldo, por meio da coordenação do Curso de Mestrado (sec.mestrado@fpl.edu.br) ou de sua Ouvidoria (ouvidoria@fpl.edu.br). Após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar desta pesquisa.

Corrente (PI), agosto de 2022

Assinatura de Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

Orientador(a): Prof(a). Dr(a).Eloísa Helena Rodrigues Guimarães  
MPA/Fundação Pedro Leopoldo (eloisa.guimaraes@fpl.edu.br)